

OS CLAMORES DO MEU POVO: a realidade brasileira de 2022

Grupo de Análise de Conjuntura, CNBB, Padre “Thierry Linard”¹

21 de abril de 2022

Eu ouvi os clamores do meu povo e desci para libertá-lo (Ex 3,7)

1 – Introdução

A inspiração desta análise de conjuntura é, além do texto bíblico, o documento assinado por treze bispos e cinco religiosos do Nordeste brasileiro, em 1973, “*Eu ouvi os clamores do meu povo: a realidade do Nordeste em 1973*” e, também, no “*Y-Juca Pirama – o índio: aquele que deve morrer*”, dos bispos do Centro Oeste no início dos anos setenta². Há aqui, entretanto, uma distância histórica e a nossa própria limitação. Foi construída a partir de um amplo debate entre os seus participantes. De toda forma, é uma tentativa de refletir e propor um diálogo ante a gravíssima e complexa realidade brasileira quase 50 anos depois da corajosa iniciativa de homens dedicados ao Reino³.

2 – Um mundo sem paz

Não é possível analisar a realidade brasileira sem colocar-nos em um mundo em permanente transformação. Talvez as questões mais evidentes da conjuntura mundial de 2022 decorram (i) do conjunto de guerras e conflitos que violentam povos e comunidades, ao lado de (ii) uma pandemia que ceifou milhões de vidas em todo o planeta⁴, (iii) da recessão democrática e (iv) da destruição da Casa Comum, enquanto mudanças profundas são impulsionadas por revolução científico-tecnológica que define novos padrões técnicos para a produção econômica, impactando fortemente o mercado de trabalho e os padrões de consumo e de comunicação na sociedade humana. Há outras muito graves. Mas, para o propósito desta análise, vamos focar no impulso de morte⁵ presente nesse momento histórico.

Somos um país em uma América Latina em um mundo com grandes mudanças que, com diferenças e distintos matizes, afetam o mundo inteiro. Os fenômenos da globalização e das mudanças lastreadas em avanços do conhecimento científico da ciência e da tecnologia impactam a cultura, a economia, a política, as ciências, a educação, o esporte, as artes e, naturalmente, a religião. Uma realidade que para o ser humano se tornou cada vez mais sem brilho e complexa.

Vive-se “a” crise do sentido. A questão é que a mera diversidade de pontos de vista, de opções e, finalmente, de informações, que costuma receber o nome de multiculturalidade, não resolve a ausência de um significado unitário para tudo o que existe. Vivemos uma época em que se dissolveu a concepção integral do ser humano, sua relação com o mundo e com o sagrado. O individualismo, exacerbado pelo neoliberalismo, enfraquece os vínculos comunitários e propõe uma radical transformação do tempo e do espaço⁶.

Os fenômenos sociais, econômicos e tecnológicos estão na base da profunda vivência do tempo, ao que se concebe fixado no próprio presente, trazendo concepções de inconsistência e instabilidade. Deixa-se de lado a preocupação pelo bem comum para dar lugar à realização imediata dos desejos dos indivíduos numa região do mundo em que coexistem diversas culturas indígenas, afro-americanas, mestiças, camponesas, urbanas e suburbanas, simultaneamente pré e/ou pós-modernas, incluindo algumas tipicamente modernas⁷.

Diante do cansaço da transcendência e da pressão da imanência⁸ temos o desafio de oferecer algum sentido no contexto de uma cultura de encontro e da vida, ao invés de uma cultura autoreferencial e da morte. Essa missão no Século XXI é fundamental como *arché*⁹ do conflito social emergente no interior das sociedades atuais, mas também fonte da distinção entre “a” política e “o” político, que no nível ontológico permite que a cultura seja repensada como um dos fundamentos e garantia da liberdade que possibilita a comunidade política¹⁰.

2.1. Muitas guerras

Ao fim de março, o Papa Francisco alertava, no contexto mais recente da Ucrânia, que “Uma guerra sempre – sempre! – é a derrota da humanidade: sempre. Nós somos derrotados por esta guerra, porque por um lado somos responsáveis. Não existem guerras justas: não existem!”¹¹. Pelo menos desde 2013, tal como desenvolvido no texto de fevereiro, o sumo pontífice já alertava para a realidade de uma guerra em pedaços: “Hoje existe a Terceira Guerra Mundial em pedaços. Olhem para os locais dos conflitos: falta de humanidade, agressão, ódio entre culturas e tribos, também uma deformação da religião, este é o caminho do suicídio, semear ódio. É um preparar a Terceira Guerra Mundial que está em andamento aos pedaços e acredito não exagerar nisto. Diga isto aos jovens!”¹².

Entretanto, o grave conflito entre a Rússia e a Ucrânia, não é o único. Pelo menos outros 28 países passam por conflitos ou registram combates armados em 2022. A informação é do Projeto de Dados de Localização e Eventos de Conflitos Armados¹³. Países como Iêmen, Nigéria, Síria, Mianmar e Somália lideram estes registros, além da Ucrânia, com milhões de refugiados, migrantes e vítimas civis.

A multipolaridade decorrente desses conflitos destaca o papel da China e de outros países, como a Índia e a Turquia, esta última embora membro da OTAN, a aliança militar ocidental, resiste em adotar sanções contra a Rússia, entre outros. Nesse sentido, pode-se esperar que os países sejam mais resistentes a decisões em organismos internacionais, antes ditadas pelo bloco ocidental, como no caso do G-20, mas também nas Nações Unidas. Em particular, fica a provocação de qual linha os países da América Latina adotarão em seu campo de possibilidades. Amorim (2022) destaca que países como o Brasil não se trata apenas de sua relação para com uma potência hegemônica, mas antes sua relação com múltiplas possibilidades de hegemônias, em várias dimensões: tecnológica, militar, política e de comunicações¹⁴.

O impacto da retomada da escalada de conflitos militares e entre civis na forma das guerras é resultado das “novas concertações mundiais, com o declínio do poder político, militar e econômico dos Estados Unidos da América – que se beneficiou de quase um mundo unipolar desde a queda do Muro de Berlim – os avanços da China e a carência de lideranças europeias que foram incapazes articular a união da Europa com a Rússia”¹⁵. Essa nova (des)ordem mundial vai realinhando a geopolítica entre as principais potências (EUA, China, Rússia e Europa), ao mesmo tempo que diversas consequências surgem. No campo político, retomou-se a perspectiva de uma finitude da humanidade e do próprio planeta¹⁶, diante da repetição dos horrores do Século XX, agora em um período que as violências e as novas formas da morte ganharam muitos aparatos tecnológicos.

2.2. Muitas pestes

Como se não bastassem as epidemias que já conhecíamos, a partir do fim de 2019, a pandemia da COVID-19 assolou todo o mundo. Foi a sexta vez na história que uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional é declarada. As outras foram:

- **25 de abril de 2009:** pandemia de H1N1.
- **5 de maio de 2014:** disseminação internacional de Poliovírus.
- **8 agosto de 2014:** surto de Ebola na África Ocidental.
- **1 de fevereiro de 2016:** vírus Zika e aumento de casos de microcefalia e outras malformações congênitas.
- **18 maio de 2018:** surto de ebola na República Democrática do Congo.

Contudo, apesar das melhorias em 2022, pela distribuição de vacinas e maior informação do público, os números são relevantes. No início de abril, os números eram de cerca de 500 milhões de casos confirmados de COVID-19, com cerca de 6.200.000 mortes conforme relatou a Organização Mundial de Saúde (OMS), em todo o mundo. Também no início de abril cerca de 11.300.000.000 doses de vacinas já haviam sido administradas, em que pese a sua desigual distribuição, especialmente no continente africano e entre os países mais pobres¹⁷.

No caso brasileiro, também em início de abril, os números apontavam para cerca de 30.200.000 casos conhecidos e mais de 661.389 mortes¹⁸. Conforme dito ainda em 2021, a crise sanitária e a COVID-19 é “uma doença que veio para fazer parte de nosso cotidiano, num quadro de sindemia que não tem paralelo na história¹⁹. Falta-nos, no Brasil, liderança e coragem para realizar a coordenação estratégica de atores e meios disponíveis para o enfrentamento da pandemia. Ainda estamos tateando e há intermináveis e lamentáveis estatísticas de óbitos. A morte por COVID-19 se transformou em parte do cotidiano”²⁰.

Noutro aspecto, mais positivo, a pandemia revelou que são possíveis alternativas, “que as sociedades se adaptam a novos modos de viver quando tal é necessário e sentido como correspondendo ao bem comum”²¹.

3

2.3. Pouca democracia

A democracia, hoje em franca turbulência, teve um crescimento numérico no período compreendido pelas duas décadas finais do Século XX e as duas décadas iniciais do Século XXI (1980-2000 e 2000-2019). A quantidade de países “democráticos” não parou de crescer. O aumento se deveu, sobretudo, à transição dos países comunistas do Leste Europeu, ao fim das ditaduras latino-americanas e à criação de instituições democráticas em diversos países africanos recém-independentes. Segundo o *Polity Project* (projeto que classifica o regime político dos países ao longo do tempo), em 1985 havia 42 democracias, onde moravam 20% da população mundial. Em 2015, o número saltou para 103, com 56% da população mundial²².

Contudo, quando são analisados os principais indicadores internacionais sobre a evolução da qualidade da percepção das democracias a nível global ou regional o cenário não é dos melhores. Há, em todo o mundo, uma ideia de recessão democrática. De um lado, ela foi associada às dificuldades de surgimento de novos governos desse tipo desde meados da década de 2000. Nos últimos anos, porém, a preocupação passou a ser a crise das democracias consolidadas. A pergunta agora é: democracias tradicionais entram em colapso? Há uma diferença fundamental entre saber por que ela não se consolidou no Egito e em que medida poderia entrar em colapso na Itália. Mas, de uma forma ou de outra, o termo recessão democrática passou a designar os dois processos.

O *Latinobarômetro*, em seu relatório de 2018²³, indicou-nos que, até o ano de 1997, a preferência da população latino-americana pela democracia era de 63%. No ano

de 2018, pelo contrário, a simpatia por um regime democrático se encontrava em seu ponto mais baixo (48%). O processo de deterioração não foi retilíneo. A primeira década (2001-2010) deste século ocorreu como um momento de esperanças democráticas crescentes. Esse crescimento decorreu do período de bonança conhecido por “quinquênio virtuoso”²⁴, que se seguiu à crise asiática com as políticas contracíclicas que se aplicaram no início da crise do *subprime*²⁵ em 2007-2009²⁶.

A pandemia ampliou a relação entre sociedades nacionais, democracias e suas instituições, mas demonstrou amplamente que a democracia ainda é o melhor sistema possível para períodos como as atuais turbulências. Apesar das dificuldades, esse é um aprendizado que exige intensidade para uma maior valorização. O relatório mais recente da *Latinobarômetro* (2021)²⁷, publicado em outubro do ano passado, contou com uma amostra coletada em plena crise do coronavírus, entre outubro de 2020 e maio de 2021, e registrou uma pequena diminuição da insatisfação com a democracia como sistema de governo: 70%, dois pontos percentuais a menos do que os registrados no último relatório de 2018. Assim, a satisfação mal aumentou em um ponto percentual, chegando a 25%. É uma confiança escassa, tímida e, infelizmente, em queda. Os principais atores da democracia, os partidos políticos, sofreram um retrocesso sem paralelo. Apenas 29% dos entrevistados nos 18 países da América Latina relatam proximidade partidária. Em 2015, este número era de 40%.

Cresceu a insatisfação com o sistema democrático na América Latina. A região tem uma média de 49% de apoio à democracia. Os números mais graves de baixo apoio à democracia são encontrados em Honduras (30%), Guatemala (37%), Brasil (40%), México (43%) e El Salvador (46%) (*Latinobarômetro* (2021)).

O declínio nos números de apoio à democracia pode estar correlacionado com o apoio ao autoritarismo, a possibilidade de governos militares e o populismo. O relatório afirmou que 31% dos latino-americanos apoiariam um governo militar para substituir um governo democrático e 51% não se importaria “que um governo não democrático chegasse ao poder se resolvesse os problemas”. São dois pontos percentuais a mais do que em 2008. Estes números falam de uma situação anterior à pandemia. O apoio à democracia na América Latina, portanto, requer um impulso e os riscos de retrocesso aumentaram (*Latinobarômetro* (2021)).

Em nosso continente, 7 em cada 10 pessoas estão insatisfeitas com o sistema democrático, e apenas 3 em cada 10 dizem que têm simpatia por algum partido. Nossas democracias estão ficando sem apoio popular e sem militantes. Na região, com mais democracias do que autoritarismos, o *Latinobarômetro* mostra que a confiança dos cidadãos não é depositada majoritariamente nas elites políticas. É encabeçada pela Igreja (65%), seguido pelas forças armadas (44%), a polícia (36%) e, depois, pelo primeiro ator político: o presidente (33%). O Parlamento (20%) e os partidos políticos (13%) aparecem no final da lista quando questionados sobre a confiança institucional (*Latinobarômetro* (2021)).

De acordo com os números de 2021 do *Latinobarômetro*, há uma escassez de maiorias na região, uma crescente atomização dos parlamentos, uma dificuldade dos partidos políticos tradicionais de manterem-se na liderança das mais diversas realidades dos países da região, as dificuldades na governabilidade. De forma mais geral, há uma profunda crise de institucionalidade democrática em vários países e a consolidação de experiências autocráticas, em alguns países, ao lado da ascensão de alguns populismos que, de diferentes pontos do espectro político (como o México com um governo de esquerda e El Salvador e o Brasil com governos de direita), influenciam a percepção pública da democracia como o sistema que garante as liberdades e o consenso social²⁸.

É neste quadro e partir destas tensões que produzimos a atual análise de conjuntura. Nossas avaliações são produzidas considerando que, para além dos textos das normas, em especial da Constituição, uma democracia necessitaria de líderes que conheçam e respeitem as regras informais²⁹. Por fim, nessa possível chave de leitura para o mundo, incluindo o Brasil, deve-se destacar que o atual quadro do capitalismo globalizado e desregulado tem um duplo: (a) o crescimento das desigualdades³⁰, de um lado; e (b) o crescimento de um universo diferente de valores, recursos, meios de produção tecnológicos que estão extremamente concentrados em um núcleo rentista transnacional³¹ acompanhado de um ideal de mérito e eficácia descrito por quem são os ganhadores deste modelo, doutro.

Há variações de país em país. Mas há uma combinação de velhos elementos – feitos de relações de dominação brutal e de discriminações raciais, sociais, sexuais, culturais, econômicas e políticas – com outros mais novos – uma sacralização da propriedade privada e a estigmatização dos “perdedores” de formas muito mais extremas que nas etapas da globalização prévia. Tudo isto se dá em um contexto em que os avanços do conhecimento e da tecnologia, a mudança dos paradigmas virtuais, de inteligências e suas modalidades, bem como a velocidade das redes sociais, assim como a diversidade e as criatividades decorrentes das criações culturais, poderiam permitir um progresso social sem precedentes³². Mas, infelizmente, não aconteceu dessa forma.

Oferecer de pronto tal chave de leitura é um esforço cuidadoso para permitir que as avaliações advenientes e prognósticos da análise sejam acompanhadas, criticadas e discutidas, com clareza, pelos leitores. E a crítica é muito importante.

3 – Brasil: A grave crise social e econômica

Apesar das imensas riquezas existentes no Brasil, o nosso desenvolvimento socioeconômico encontra-se completamente travado: caímos para a 13ª posição no ranking do PIB mundial, ultrapassados pela Austrália³³. Agravou-se o processo de desindustrialização³⁴, e exacerbou-se o desemprego, a desocupação e a extrema desigualdade social, com alarmante aumento, a olhos vistos, de famílias em situação de rua em todas as cidades do país, sobrevivendo à custa de lixo³⁵ e ossos³⁶. Enquanto isso, os jornais noticiam que “*Grandes bancos têm maior lucro nominal em 15 anos*”, um novo recorde, tendo em vista que o lucro dos quatro maiores bancos somou R\$ 81,63 bilhões em 2021³⁷!

Não chegamos até aqui por acaso e tampouco porque “Deus assim o quis”, mas devido ao modelo econômico que atua no Brasil, projetado para produzir escassez para a maioria enquanto uma minoria privilegiada ostenta níveis absurdos de riqueza. Esse modelo econômico é sustentado principalmente por 4 eixos: (a) o sistema tributário injusto e regressivo³⁸, (b) a política monetária suicida praticada pelo Banco Central³⁹, (c) o modelo extrativista irresponsável da mineração e do grande agronegócio⁴⁰, e, principalmente, (d) o sistema da dívida⁴¹.

Assistimos a uma subtração das riquezas nacionais para alimentar o sistema da dívida, enquanto todos os outros investimentos necessários ao nosso desenvolvimento socioeconômico são deixados de lado, sob o falacioso argumento de que não haveria recursos. Além de cerca de R\$ 5 trilhões em caixa⁴² houve “Superávit Primário” em 2021, no valor de R\$ 64 bilhões⁴³. O gráfico do Orçamento Federal Executado (pago) em 2021⁴⁴ evidencia o privilégio do sistema da dívida, em benefício de muitos segmentos aos quais são somados os privilégios decorrentes do injusto modelo tributário, garantindo captura do orçamento na despesa e na receita. Com efeito, o sistema de gestão da dívida pública

brasileira tem capturado as rendas geradas pelos trabalhadores e sendo apropriadas pelo sistema financeiro e rentista do país.

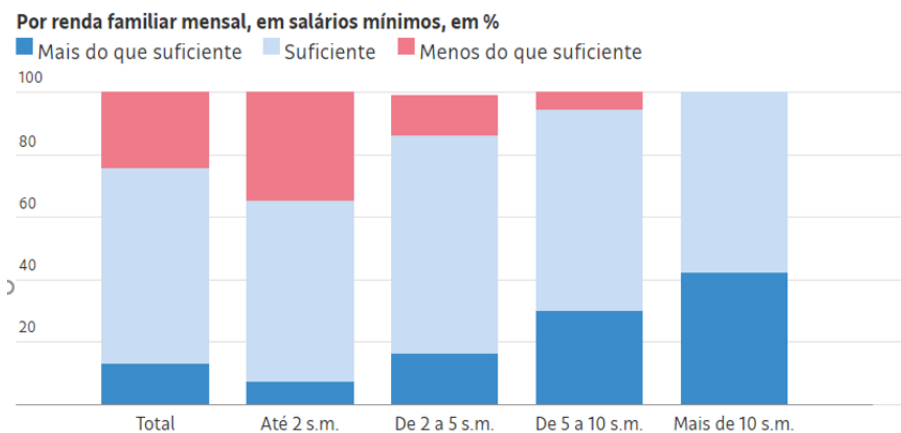
Dentre outros mecanismos, a indecente remuneração diária da sobra de caixa dos bancos e a abusiva elevação dos juros sob a falsa justificativa de combater inflação têm amarrado a economia brasileira, levando inúmeras empresas à falência e famílias ao desespero: desde o mês de março/2021, o Banco Central já aumentou a SELIC em quase dez pontos percentuais ao ano e não segurou a inflação, mas, ainda assim, já anunciou que insistirá em novas altas⁴⁵.

No “celeiro do mundo”, onde o agronegócio bate recordes de exportação e lucros para as grandes corporações⁴⁶, mais da metade dos lares (55,2%, ou 116,8 milhões de pessoas) sofre com a insegurança alimentar, ou seja, não possui acesso pleno e permanente a alimentos. A insegurança alimentar “moderada ou grave” atinge 43,4 milhões de pessoas (20,5% da população, que não têm acesso a alimentos em quantidade suficiente), e 19,1 milhões se encontram na chamada “insegurança alimentar grave”, ou seja, passam fome⁴⁷.

A fome no Brasil tem gênero, cor, endereço e escolaridade. A situação de fome predomina entre a população feminina, solteira, moradora das periferias urbanas ou de áreas rurais, com baixa escolaridade (ou analfabeta), pobre, negra, quilombola e indígena (Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, 2021)⁴⁸.

O espectro da fome e da insegurança alimentar, que vinha sendo reduzido nos anos pré-pandemia, voltou a se agravar e castigar a população do país. Em março de 2022, a quantidade de comida em casa era insuficiente para 24% dos brasileiros⁴⁹, ainda como reflexo da volta do país ao mapa da fome da ONU a partir de 2018, após ter saído em 2014⁵⁰. A existência de insuficiência alimentar nos domicílios se faz presente até mesmo em faixas relativamente elevadas de renda familiar, desaparecendo apenas nas famílias com renda superior a 10 salários-mínimos. Esta tragédia também não é igualmente distribuída no país, estando presente em 18% dos lares da região Sul e em 32% daqueles da região Nordeste.

Pensando nos últimos meses, você diria que a quantidade de comida na sua casa para você e sua família foi...



Fonte: Pesquisa realizada pelo Datafolha com 2.556 entrevistas em 181 municípios nos dias 22 e 23 de março. A margem de erro é de 2 pontos percentuais, para mais ou para menos. A pesquisa está registrada no Tribunal Superior Eleitoral como BR-08967/2022

Tais traços revelam heranças estruturais do país, o segundo maior exportador de alimentos do mundo (só perde para os Estados Unidos), com produção capaz de alimentar 1,6 bilhões de pessoas. Portanto, o problema não está na capacidade de produzir, mas

também no mecanismo de distribuição. Ademais, a estrutura fundiária e o apoio das políticas públicas beneficiam fortemente o agronegócio exportador. A produção familiar, que é voltada para a demanda dos brasileiros, responde por 38% da produção agropecuária do país e emprega 74% da força de trabalho atuante nesta atividade, mas tem tido cortes significativos nas políticas públicas a ela destinadas nos anos recentes. O PRONAF, por exemplo, teve seus recursos no Orçamento da União para 2021 cortados para 1/3 da proposta inicial (de R\$ 3,85 milhões para 1,3 milhões).

A conjuntura recente tem contribuído para retrocesso significativo no combate à fome no país. E não se pode creditar apenas aos impactos econômicos e sociais da pandemia o agravamento da situação. A crise econômica se alia, por exemplo, a uma conjuntura difícil no mercado de trabalho. A par da flexibilização das relações de trabalho embutida na Lei da Terceirização e na Reforma Trabalhista do governo Temer, associada aos novos padrões produtivos, como os da era digital (que geram novas formas e relações de trabalho, como a “uberização”, ou demandam habilidades e qualificação para as quais parte dos trabalhadores não está preparada) testemunha-se a dificuldade de inserção de muitos brasileiros(as) na vida econômica do país, o que estimula o processo de intensa precarização. A subutilização da força de trabalho (24% não consegue trabalho, desistiu de procurar e ou trabalha menos do que gostaria) e o desemprego elevado (chegou a 15% em 2021 e atinge cerca de 12 milhões de brasileiros, hoje) são situações identificadas pelo IBGE/PNAD que dialogam fortemente com a insegurança alimentar e a fome.

A massa de renda do trabalho, apropriada pelas famílias – fonte principal dos recursos para a maioria dos brasileiros acessar os alimentos e realizar outras despesas essenciais – vem declinando, em especial nas camadas populares. E o impulso inflacionário recente atinge fortemente os alimentos, restringindo o poder de compra de amplas camadas da população. A resultante é uma insegurança alimentar grave. Em paralelo, governos recentes, em especial o atual, têm extinguido ou reduzido gastos nas políticas sociais, o que amplia a desproteção das camadas mais pobres da sociedade, ao mesmo tempo em que desmonta a política de estoques reguladores. Como dito, o desemprego formal atinge cerca de 12 milhões de pessoas, número que se amplia para 28 milhões quando incluímos as 7,4 milhões de pessoas subocupadas (pela insuficiência de horas trabalhadas) e mais 9 milhões de pessoas da “Força de Trabalho Potencial”, que inclui os chamados desalentados, que sequer acreditam que podem conseguir um trabalho⁵¹.

Enquanto um grupo privilegiado de 28 mil pessoas ganha mais de 320 salários-mínimos mensais, recebendo cada uma em média R\$ 765 mil por mês isentos do Imposto de Renda – Pessoa Física⁵² (pois, em maioria, são grandes banqueiros e empresários que recebem lucros distribuídos isentos e altíssimos ganhos com juros da dívida pública), os trabalhadores e consumidores em geral são pesadamente punidos com tributos embutidos no preço dos produtos. A renda anual declarada pela parcela de 28 mil pessoas privilegiadas somou R\$ 371 bilhões em 2020⁵³, valor próximo ao rendimento obtido (R\$ 383 bilhões) por 89 milhões de pessoas, que representam os 40% mais pobres de toda a população brasileira⁵⁴.

Para acabar com esse grave quadro, é necessário modificar o modelo econômico, com medidas que enfrentem os eixos que o sustentam, a começar por uma auditoria da dívida pública, com participação social e cidadã, para viabilizar um novo momento no qual se viabilizaria priorizar as necessidades sociais urgentes, mas está alimentando o lucro dos bancos⁵⁵.

Também é necessário se retomar um compromisso com os Direitos Humanos. Um dos exemplos é o crescimento da violência nos conflitos no campo e das mortes, como na ação de garimpeiros, conforme as informações prévias da 36ª edição do Relatório Conflitos no Campo Brasil 2021, da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Houve um

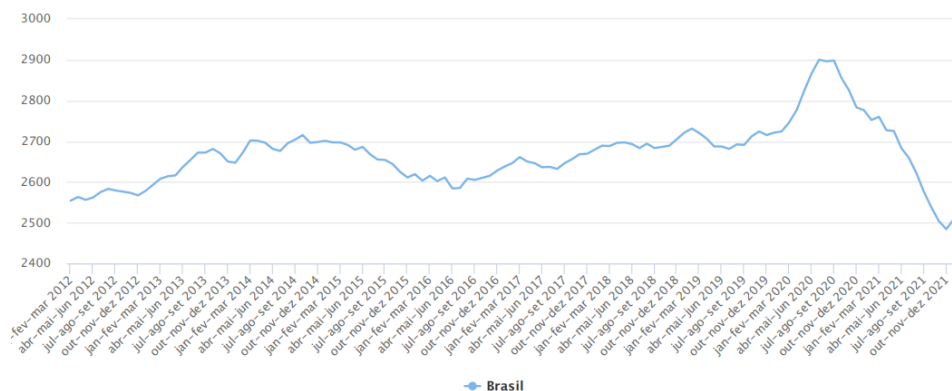
crescimento de óbitos de 1.100% em 2021 em comparação com 2020. Os dados do Centro de Documentação da CPT registraram, em 2021, 109 mortes em decorrência dos confrontos, o que aponta uma subida expressiva quando se compara com 2020, no qual apenas nove óbitos foram registrados⁵⁶.

3.1. A conjuntura econômica de 2022

A economia brasileira continuará apresentando crescimento pífio no ano de 2022, com as melhores expectativas prevendo aumento de apenas 0,5%⁵⁷, mantendo-se, assim, no patamar observado nos anos de 2012 e 2013. No entanto, não está totalmente afastada a possibilidade de uma queda do PIB frente à piora no cenário internacional, agravado com a guerra na Ucrânia⁵⁸ e a expectativa de aumento mais brando da economia chinesa neste ano⁵⁹. Este cenário deverá dificultar uma desejada e necessária recuperação do emprego e da renda da população brasileira.

A taxa de desocupação, no primeiro trimestre de 2022, segundo o IBGE, ficou estabilizada em torno de 11,0%. Apesar de abaixo dos níveis (14,5%) observados nos meses mais graves da pandemia, de jul./20 a jun./21, ainda se encontra em patamar muito acima do verificado em 2014/2015 (ao redor de 8%), englobando em fevereiro deste ano mais de 12 milhões de pessoas⁶⁰. Outro elemento que merece destaque é a disparidade observada entre as regiões geográficas brasileiras, pois enquanto a taxa de desocupação no 4º trimestre de 2021 foi de 6,7% na região Sul, no Nordeste ela atingiu 14,7%, o mesmo ocorrendo com a subutilização da força de trabalho, pois, enquanto na média do país ela foi de 24,3%, nas duas regiões situou-se em 14,2% e 36,7%, respectivamente. A aparente melhora das taxas de ocupação e de subutilização da força de trabalho (27,3 milhões de pessoas), observada a partir do auge da crise provocada pela Covid-19, em 2020, não foi acompanhada de melhoria do rendimento médio real dos ocupados, haja vista esse ter se encontrado no início deste ano no patamar mais baixo dos últimos dez anos, quando se iniciou o acompanhamento do mercado de trabalho, em março de 2012. A corroborar com esse comportamento, a taxa de informalidade dos ocupados no setor privado foi de 40,2% em fevereiro de 2022.

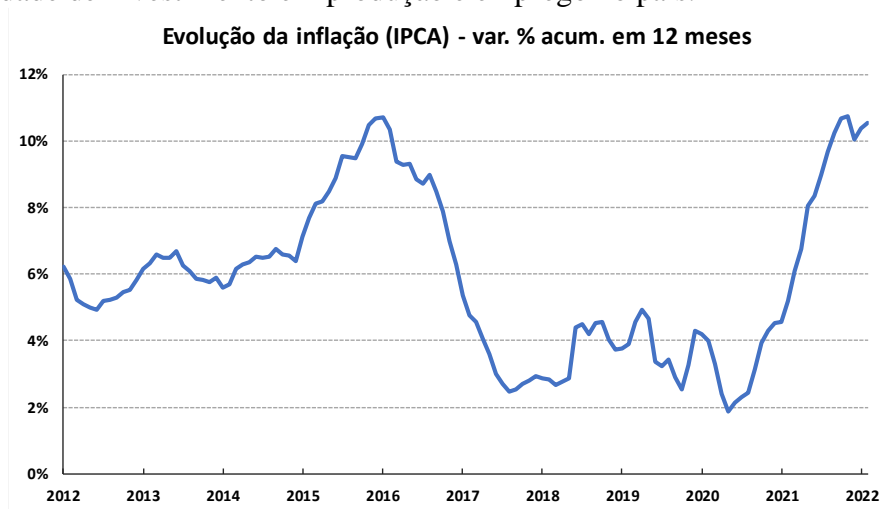
Evolução do Rendimento Médio Real dos Ocupados – mar/12 a fev/22 – em R\$ de fev/22⁶¹



Fonte: "IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua mensal"

Desde o início de 2021, os preços voltaram a crescer aceleradamente no país, novamente atingindo o nível ocorrido no final de 2015 a 2016. Desta feita, o nível geral

de preços vem sendo pressionado por fatores associados à oferta, como: desvalorização cambial da moeda brasileira, encarecimento das importações, secas que afetam a produção energética, interrupção na cadeia de suprimentos e insumos globais e preço dos combustíveis condicionados pela situação geopolítica e pela regra de determinação de preço, definida pela Petrobrás; e não à demanda, dada a fraca recuperação da economia brasileira e à retração do rendimento do pessoal ocupado. Nesse contexto, a política de aumentos sucessivos da taxa de juros, como justificativa para controle da inflação, mostra-se totalmente ineficaz e prejudicial à sociedade brasileira, constituindo-se em transferência crescente de recursos públicos da União cooptada para o uso de rentistas particulares, que vivem dos ganhos do mercado financeiro, desincentivando qualquer possibilidade de investimento em produção e emprego no país.



Fonte: http://ipeadata.gov.br/beta3/#/dados-serie?anomapa=&ascOrder=&base=macro&busca=&columnOrdering=&end=2022&font=&serid=PRECOS12_IPCA12&skip=0&start=2011&tema=Pre%C3%A7os&territoriality=

O comportamento do mercado de trabalho e o processo inflacionário que o país vem apresentando, desde o início de 2021, agravam a condição básica de vida de uma parte significativa da população brasileira.

A moeda nacional tem se valorizado constantemente desde novembro de 2021, momento a partir do qual a taxa básica de juros fixada pelo Banco Central (Copom) – Selic – passou a superar a inflação anualizada esperada pelo mercado financeiro. Com esse comportamento, a entrada de Investimento Direto no País vem crescendo, tendo atingido o valor de US\$ 47,7 bilhões no acumulado de 12 meses findos em janeiro de 2022, gerando expectativa de entrada líquida de US\$ 55 bilhões no corrente ano⁶². No entanto, esta entrada líquida configura basicamente lucros das empresas estrangeiras retidos (reinvestidos) e não distribuídos (enviados à matriz), permanecendo no país para manter capital de giro das empresas em território nacional e aproveitar a taxa de juros real oferecida pelos títulos brasileiros. A esse valor, acrescenta-se o ingresso de US\$ 25,0 bilhões sob a forma de investimentos em carteira (compra de títulos no mercado brasileiro por estrangeiros) que possui o mesmo caráter especulativo. Não são recursos com os quais se possa contar a longo prazo, caso o cenário de elevadas taxas de juros reais não se mantenha. Se por um lado a valorização do Real reduziu a pressão sobre o nível geral de preços, por outro, reduziu os ganhos das empresas exportadoras com os preços ainda elevados das *commodities*, no mercado internacional.

Apesar de o Brasil ainda se posicionar entre os países com maiores desigualdades no mundo⁶³, políticas de aumentos reais do salário-mínimo e de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família permitiram elevar a renda das populações mais pobres,

logrando melhoras nos indicadores de distribuição pessoal da renda do país, com quedas constantes dos índices de desigualdade, como por exemplo o índice de Gini⁶⁴, a despeito da inversão da trajetória ocorrida em 2018 e 2019. Neste sentido, o enfrentamento da crise social e econômica imposta pela pandemia a partir de 2020, com a ampliação da transferência de renda, via Renda Emergencial e, agora, Renda Brasil, em substituição ao Bolsa Família, ao se direcionar às famílias de baixa renda, provocou grande redução deste índice. Isto não significa, entretanto, que a situação caótica tenha sido resolvida. O país continua com índices absurdamente elevados e, mais que isso, este índice não captura a situação ainda mais grave apresentada pela distribuição da riqueza no país. A redução da renda dos ocupados, a estrutura cada vez mais concentrada da produção, a manutenção de um regime tributário perverso contra as rendas mais baixas e benevolente para com as grandes fortunas e a política de aumentos sucessivos da taxa de juros vêm ampliando sistematicamente a concentração patrimonial. Os 1% mais ricos do país aumentaram a parcela do que se apropriam do patrimônio total do país, de 48,5% em 2019 para 48,9% em 2021, em decorrência da desconexão entre a economia real, duramente afetada pela crise sanitária, e os mercados financeiro e de capitais. Ao mesmo tempo, os 50% mais pobres detinham, em 2021, apenas 0,4% da riqueza brasileira⁶⁵.

A perda de emprego de qualidade, o acirramento da inflação e a piora na distribuição patrimonial, são os grandes responsáveis pelo aumento considerável da população em condição de rua, facilmente percebido nas cidades brasileiras nos últimos dois anos. As últimas estatísticas oficiais disponíveis datam de março de 2020, exatamente quando tem início a pandemia no Brasil. A situação que já era muito preocupante, com crescimento anual de 14% no período posterior a setembro de 2014, parece ter piorado sensivelmente com a pandemia, pois, se em março de 2020 eram 221,869 pessoas moradoras de rua, recenseadas pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS)⁶⁶, em janeiro de 2022 já eram estimadas em mais 500 mil pelo Movimento Nacional de População de Rua (MNPR), com aumento significativo da participação de mulheres e crianças no total dessa população⁶⁷.

As oportunidades de conseguir empregos de melhor qualidade dependem diretamente do nível educacional das pessoas e nesse campo o cenário não se mostra favorável nem a médio, nem a longo prazo. A constante troca de ministros da Educação (12 nos últimos 10 anos) evidencia o descaso do Governo Federal para com a área, tornando impraticável a manutenção de uma política contínua de preparação escolar e educacional da população brasileira. Progressos sensíveis obtidos na educação brasileira vêm desaparecendo nos últimos anos, processo agravado pela pandemia, podendo, como alertado pela Unicef, provocar uma regressão de duas décadas no enfrentamento da exclusão escolar. Em 2021 havia mais de 244 mil crianças e adolescentes entre 6 e 14 anos fora da escola, ou 171% acima do observado em 2019 e mais de 407 mil jovens entre 15 e 17 anos não matriculados em qualquer estabelecimento de ensino⁶⁸. Sobre esse tema, aliás, não se encontra nenhum estudo sistemático oficial sobre a qualidade da educação brasileira de base, chegando à sociedade apenas informações sobre a posição do país em rankings de conhecimentos fundamentais, nos quais ele sempre se encontra entre os piores países analisados⁶⁹.

4 – A conjuntura política brasileira e as eleições 2022

Nosso presente tem muito a ver com o passado. A ditadura civil-militar no Brasil durou 21 anos, teve 5 ditadores, instituiu 16 atos institucionais – mecanismos legais que se sobrepunham à Constituição. Nesse período, instalou-se um regime de medo, assassinatos, houve restrição à liberdade, repressão aos opositores do regime e censura.

Revelações das investigações da Comissão Nacional da Verdade, dentre outras, destacaram que os militares brasileiros eram treinados na Escola das Américas, instituição que integrou entre 1954 e 1996 uma macabra formação dos seus alunos em práticas de tortura. Sem falar da ligação direta de Lincoln Gordon – embaixador dos EUA na estruturação do golpe civil-militar de 1964⁷⁰.

Infelizmente, o governo federal e a família do presidente Bolsonaro protagonizaram dois acontecimentos que demonstram o negacionismo em relação ao período, que aqui contribuem como elucidação à análise da conjuntura política brasileira atual. O primeiro, foi a ordem do dia publicada no último 31 de março, para ser lida nos quartéis e assinada pelos ministros da Defesa e das três forças, ressaltando a versão de um movimento militar resultado da convocação das ruas. E, em segundo lugar, os ataques à dignidade e à honra da jornalista Miriam Leitão.

A ironia das torturas sofridas por Miriam Leitão por Eduardo Bolsonaro, deputado federal, chocou a imprensa nacional, e provocou a necessidade de a jornalista vir a público revelar, com detalhes, as torturas que a fora submetida grávida, nas dependências do quartel do Exército em Vila Velha durante a ditadura militar.

De acordo com o relato, a jornalista foi agredida, assediada moral e sexualmente, e até colocada nua dentro de uma sala escura com uma jiboia⁷¹. A reação foi imediata, Eduardo Bolsonaro (PL/SP) foi denunciado por fazer apologia à tortura. Defendeu-se a retirada do mandato do parlamentar e entrou-se com representação na Comissão de Ética da Câmara dos Deputados⁷². Trata-se de atentado ao decoro parlamentar que deve ser julgado em breve, apesar do Conselho de Ética da casa parlamentar ter muita dificuldade em punir seus pares⁷³.

O passado estrutural que forjou uma gramática política própria ao país terminou por estabelecer as condições para a retomada das relações democráticas, especialmente a partir da edição da Constituição de 1988. Nessa tarefa, em que pese a presença de instituições e parcelas significativas da sociedade civil, como a CNBB, muito ainda resta para ser consolidado.

Deve-se destacar, indubitavelmente, que sem a participação dessas entidades e do mundo da política ainda estaríamos ensaiando a redemocratização. Criada em outubro de 1952, com a permissão da Santa Sé, a CNBB, na época a terceira conferência episcopal do mundo, teve um importante papel nessa construção. Eis porque nas proximidades da própria Conferência completar 70 anos de sua criação, é importante refletir sobre os percursos e os enormes desafios que existiram nesse caminho – tarefa que certamente irá recorrer esforços para um outro momento, consolidando um itinerário celebrativo-memorial que se estenderá até 2023.

4.1. Quais as principais características desse tempo político?

Como se não bastassem as múltiplas crises que o país atravessou nos últimos anos e os terríveis efeitos da pandemia da COVID-19, desde a assunção de Jair Bolsonaro á presidência da república, em 2019, uma estratégia de governo belicosa e de tensionamento do tecido social pôs-se em curso.

Na análise de conjuntura de junho de 2021 já chamávamos a atenção para o fato de “que o Governo Bolsonaro faz parte de um fenômeno mundial de ascensão de governos extremistas, autoritários e, em alguns casos, com traços neofascistas. São governos que, para implantar seus projetos econômicos neoliberais, atacam as instituições democráticas, com vistas à implementação de regimes políticos autoritários. Bolsonaro, com o apoio de militares das Forças Armadas e das polícias estaduais, das milícias, da maçonaria, do fundamentalismo religioso, vem desenvolvendo uma política de ataques às instituições

democráticas, principalmente ao Congresso Nacional e ao Supremo Tribunal Federal. Às vezes, os ataques são retóricos; em outras, expressam-se sob a forma de incentivo e participação em manifestações; e ainda, materializam-se em medidas concretas, como foi o caso da ampliação do acesso das pessoas a armas de fogo”.⁷⁴

Em abril de 2021, este grupo de Análise de Conjuntura apontou dados sobre o recrudescimento dos grupos de apoio às ações geradoras de conflito social protagonizadas pelo presidente de República e diferenciou a figura de Bolsonaro do que vem sendo denominado de bolsonarismo. Destacou-se que o bolsonarismo, como a nova extrema-direita na Europa e nos Estados Unidos, não “caiu do céu”, mas tem uma história, uma lógica interna e busca atingir seus objetivos, e que Bolsonaro e o bolsonarismo utilizam-se do discurso religioso para manterem mobilizadas as suas bases sociais mais radicais e os segmentos religiosos que apoiam seu governo⁷⁵.

Em maio do ano passado, analisando o desmonte do Estado e das políticas públicas alertamos que Bolsonaro segue apresentando projetos de emendas à Constituição, projetos de Lei e de reformas de segmentos do setor público, objetivando transferir ao setor privado a atuação hoje pública, com o discurso de que a concorrência privada é capaz de gerar mais eficiência e melhores condições de oferta do serviço ou produto. O grande problema com o desmonte do Estado no Brasil é que uma parcela muito grande da população, por não conseguir se ocupar no setor produtivo, depende totalmente do Estado para sua sobrevivência⁷⁶.

Na análise de junho do ano passado destacávamos que, além da discussão sobre o papel das Forças Armadas junto ao governo Bolsonaro, há um debate público sobre as muitas tentativas de Bolsonaro de politização das polícias estaduais, principalmente das polícias militares. Some-se a esse debate a relação da família de Bolsonaro com milicianos (muitos deles policiais no exercício da atividade e ex-policiais)⁷⁷.

Em setembro do mesmo ano, voltamos a registrar que a crise política é causada por diversos fatores e atores. Provavelmente, o maior responsável é o atual Presidente da República, Jair Bolsonaro – mas também seus adeptos. Eles estão estruturados, muitas vezes organizados, em torno de um determinado segmento da população brasileira, que tem sua base em homens brancos, a maior parte acima dos 40 anos, com forte presença religiosa, em especial de determinadas denominações neopentecostais e movimentos católicos conservadores, e com acentuada presença em alguns setores, como militares, policiais militares, pequenos empresários e produtores agropecuários, com maior concentração nas regiões Sul, Norte e Centro-Oeste⁷⁸.

Lembramos também que Jair Bolsonaro tem uma dupla estratégia. De um lado, caso reeleito, promover uma espécie de autogolpe com uma “ruptura constitucional” que colocará o país em uma gravíssima crise. Os discursos presidenciais apontam para este cenário, apesar de não conseguir tração social nem apoio, exceto de seus grupos radicalizados. Jair Bolsonaro tem, no seu projeto (inclusive de questionamento das urnas eletrônicas), o objetivo de tumultuar as eleições de 2022. Por outro lado, o campo democrático tem jogado dentro das regras. Portanto, trata-se de uma competição desigual a apontar graves problemas sociais e políticos nos próximos meses⁷⁹.

Ainda em 2021, na Análise de Conjuntura de outubro, anotamos: “o cenário mais evidente deste período é que Jair Bolsonaro ainda é fraco demais para conseguir um autogolpe, e a oposição é fraca demais para conseguir um *impeachment*. (...) As relações institucionais continuam abaladas e o grande vencedor no Congresso Nacional foi o Centrão, que tem em Arthur Lira (PP-AL) seu grande articulador. Frente à deterioração acentuada das condições de vida da população, da afronta à dignidade humana e social, os ganhos obtidos pelos governos anteriores para a qualidade de vida do povo brasileiro vão se esvaindo”⁸⁰.

Desde 2019, portanto, que em nossas análises foram evidenciadas algumas características do atual tempo político. Dentre as principais, estavam o caráter autoritário do atual governo, a transformação dos adversários políticos em inimigos, a destruição das conquistas e dos direitos consolidados durante a chamada Nova República, o desmonte das políticas públicas e a desinstitucionalização e desgaste da democracia, além da forte presença das redes sociais e de um “ódio” político que transformou o debate em embate. Muito já foi dito e discutido.

Recentemente em abril, um dos principais argumentos dessa descrição restou comprovado. Trata-se do desmonte das políticas públicas. Nesse sentido, como o propósito de dar embasamento à leitura praticada por esta comissão, a partir daqui o tema será ordenado com base numa pesquisa do Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC) sobre a execução orçamentária⁸¹.

De acordo com o estudo, 2021 consolidou o processo de “desfinanciamento de políticas públicas”. Assim, no país, o combate às desigualdades e a preservação dos direitos humanos, transformaram-se em temas meramente episódicos a partir do critério de gastos do orçamento. Entretanto, os dados apontam que o desmonte se iniciou ainda em 2019. Os setores mais atingidos foram saúde, educação, meio ambiente, moradia, criança e adolescente e combate ao racismo⁸². Nesse mesmo período, enquanto houve desmonte de políticas públicas, o gasto com a dívida pública quase dobrou⁸³.

Mesmo com a extensão da pandemia, os números do levantamento mostram que, em 2021, o ano mais difícil da pandemia, os recursos reduziram-se em 79% na comparação com 2020 – ano em que o coronavírus chegou ao país. O relatório também demonstrou que a saúde perdeu R\$ 10 bilhões em termos reais entre 2019 e 2021⁸⁴.

No combate ao racismo, a execução financeira da promoção da igualdade racial, medida alocada no Ministério da Mulher, Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), comandado por Damares Alves até o fim de março, diminuiu mais de 8 vezes entre 2019 e 2021, segundo a pesquisa. Além disso, os recursos gastos com ações voltadas para as mulheres na pasta caíram 46% nesse mesmo período. A execução financeira passou de R\$ 17,6 milhões em 2019 – gasto que, na realidade, obedeceu ao planejamento orçamentário da gestão anterior – para apenas R\$ 2 milhões (de R\$ 3,3 milhões disponíveis) em 2021⁸⁵.

No caso da luta para garantir direitos aos quilombolas, o INESC revelou que, em 2021, foram gastos apenas R\$ 164 mil em atividades de Reconhecimento e Indenização de propriedades desses povos tradicionais, além de R\$ 792,4 mil de compromissos assumidos em anos anteriores. De acordo com os dados, mesmo quando há recursos – como é o caso dos R\$ 200 milhões advindos de créditos extraordinários para a ação de Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos – pouquíssimo dinheiro foi, de fato, autorizado para políticas públicas com essa finalidade (neste caso, R\$ 18,8 milhões, menos de 10% do orçamento disponível)⁸⁶. Veja-se:

Orçamento para Fomento ao Desenvolvimento Local para Comunidades Remanescentes de Quilombos | 2019 a 2021 – valores em milhões de reais constantes corrigidos pelo IPCA de dezembro de 2021.



Fonte: INESC

Diante das enormes violências contra os povos originários, pressionados pelo ilícito, os dados demonstraram que o dinheiro executado pela FUNAI, que deveria garantir a proteção territorial e fazer avançar a demarcação de terras, foi utilizado para beneficiar os invasores dessas terras. Nos últimos 3 anos, 45% dos recursos que deveriam ser gastos para proteger e demarcar territórios indígenas foram destinados a indenizações e aquisições de imóveis – medida que beneficia ocupantes não indígenas⁸⁷.

A tragédia orçamentária repetiu-se também nas políticas ambientais. Nos três anos do estudo o INESC apontou as seguintes causas: (a) falta de pessoal; (b) nomeação de pessoas sem experiência e capacidade para cargos de confiança com responsabilidade de conduzir a política de fiscalização territorial⁸⁸. O orçamento executado para o meio ambiente em 2021 foi o menor dos últimos três anos: foram gastos apenas R\$ 2,49 bilhões, comparados aos R\$ 3 e 4 bilhões gastos em anos anteriores, para todos os órgãos ambientais: Ministério do Meio Ambiente, Ibama, ICMBio, Jardim Botânico e o Fundo Nacional de Mudanças Climáticas (FNMC)⁸⁹. Veja-se:

Orçamento para o Meio Ambiente (incluindo administração direta, Ibama, ICMBio, IBRJ) | 2019 a 2021 - valores em bilhões de reais constantes corrigidos pelo IPCA de dezembro de 2021.



Fonte: INESC

Na área educacional pouco ou muito pouco foi utilizado para a reduzir o impacto da pandemia e promover o estudo à distância dos mais vulneráveis. Os dados revelam que 60% dos estudantes contavam apenas com o celular para participar das aulas, sendo que 16% deles não tinham um pacote de dados de internet que durasse o mês inteiro⁹⁰. Da mesma forma, as políticas para as crianças e os adolescentes tiveram os recursos escassos.

A execução financeira para Assistência à Criança e ao Adolescente caiu 28% em termos reais, passando de R\$ 531 milhões para R\$ 382 milhões entre 2019 e 2021. Essa área chegou a ter 30 ações em 2012, mas em 2021 só houve destinação de recursos para três: (a) Criança Feliz – que absorveu 95% do montante; (b) Construção, Reforma, Equipagem e Ampliação de Unidades de Atendimento Socioeducativo, e (c) Promoção e Defesa de Direitos para Todos (que sequer teve recurso executado)⁹¹.

Já a necessária e fundamental educação infantil teve o orçamento encolhido mais de quatro vezes: eram R\$ 446 milhões em 2019 que viraram R\$ 100 milhões em 2021. E os recursos destinados para combater o trabalho infantil caíram 20 vezes: foram executados R\$ 6,7 milhões em 2019 e somente R\$ 332 mil em 2021. Considerando que existem cerca de 1,8 milhão de crianças nessa situação, isso equivale a 19 centavos por criança por ano⁹². Veja-se:

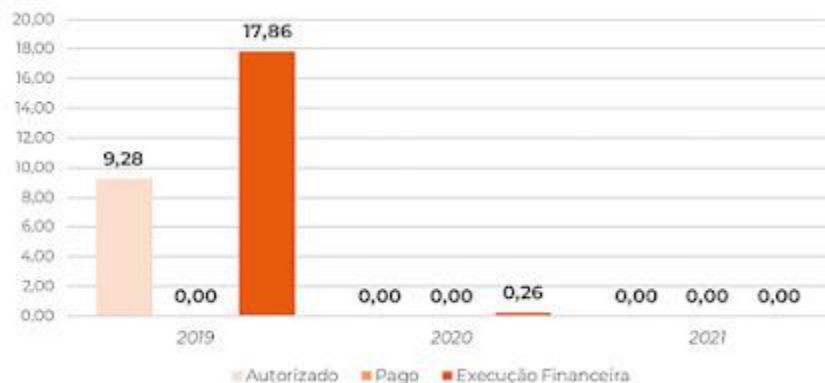
Orçamento do Programa Criança Feliz e da Educação Infantil | 2019 a 2021 - valores em milhões de reais constantes corrigidos pelo IPCA de dezembro de 2021.



Fonte: INESC

No campo do direito à moradia, o governo federal não alocou nem um centavo para a habitação de interesse social em 2020 e 2021. Em 2019, foram gastos cerca de R\$ 18 milhões, mas foram pagamentos de despesas contratadas em anos anteriores. Isso representa um déficit habitacional de mais de 6 milhões de moradias⁹³. Aqui:

Orçamento para habitação de interesse social | 2019 a 2021 - valores em milhões de reais constantes corrigidos pelo IPCA de dezembro de 2021.



O orçamento público é sempre um retrato das políticas públicas. A grande vantagem é que os números podem ser adotados como critérios mais evidentes e objetivos que apenas a opinião dos analistas. Disso se conclui que o desmonte dessas políticas públicas não foi apenas uma realidade, mas uma tragédia que agravou a crise social e política.

4.2. Religião, política e eleições

É importante registrar que o debate religioso ganha, cada vez mais, destaque e protagonismo nas eleições deste ano. Segundo o G1, portal de notícias do grupo Globo, os “pré-candidatos à Presidência criaram estruturas de campanha para atrair voto evangélico. Ciro, Doria, Lula e Moro têm núcleos organizados com consultores dedicados especificamente a promover aproximação com eleitorado evangélico”⁹⁴. Afinal, segundo a Revista Veja, de 26/02/2022, os evangélicos foram determinantes nas eleições de 2018⁹⁵. A mesma publicação, de março de 2022, destacou que presidenciaíveis ampliam articulações na batalha pelos votos evangélicos, dado que o segmento continua crescendo e hoje é estimado em quase um terço da população, ou 24% do eleitorado⁹⁶.

Já o site Ecodebate informa que “o voto católico poderá garantir a vitória de Lula em 2022”. Em artigo do demógrafo José Eustáquio Diniz Alves, aponta-se que “os evangélicos estão divididos e a maioria dos católicos estão contra o atual mandatário instalado no Palácio do Planalto. Os evangélicos representam 26% e os católicos 50% do eleitorado brasileiro, segundo o perfil da amostra da pesquisa do Datafolha”⁹⁷. Pesquisa recente do PoderData, divulgada em 16 de março (de 2022), mostra que Jair Bolsonaro (PL) mantém a liderança nas intenções de voto entre eleitores evangélicos. Ele chega a 46%, ante 22% de Lula (PT). Entre os católicos, o petista segura a dianteira, com 48%; Bolsonaro tem, nesse eleitorado, o apoio de 20%⁹⁸.

Segundo o portal “Religião e Poder”, “a conjuntura política das manifestações de 2013, do período pós-eleição de 2014, e, sobretudo, nos processos de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff e de formação do governo Michel Temer e a eleição de Jair Messias Bolsonaro, marcaram um dado novo no campo religioso brasileiro: a consolidação de uma direita religiosa (composta por católicos, evangélicos, judeus e espíritas) como ator político”⁹⁹. Ainda segundo a referida publicação, o então candidato nas eleições de 2018, Jair Bolsonaro, assumiu as pautas da direita religiosa: retórica anticomunista, (neo)liberal, anti-esquerda, com narrativas destorcidas sob o manto de temas abaixo da cintura¹⁰⁰. Vale lembrar que a pastora, advogada e ex-Ministra de “Direitos Humanos” Damares Alves, desde 2010, fora peça fundamental no tabuleiro de articulação entre a direita religiosa – em especial evangélica – e Jair Bolsonaro. A eleição de políticos alinhados à direita religiosa, deflagrou uma importante movimentação entre os Poderes Legislativo e Executivo¹⁰¹.

Observamos durante o governo Bolsonaro que líderes políticos diversos, deputados e ministros ligados às igrejas neopentecostais foram ocupando espaço em áreas estratégicas do governo. Baseados, entre outras, na “teologia do domínio” acreditam que a cristianização do mundo – governos, inclusive – e o domínio de todas as áreas da vida, pelos fiéis evangélicos é fundamental para se vencer a guerra cósmica entre Deus e o diabo pelo domínio da humanidade¹⁰². Paralelamente a tal intento, é, no mínimo, sintomático o fato de que escândalos políticos durante o atual governo têm sido protagonizados por líderes religiosos¹⁰³.

A utilização da religião, notadamente do cristianismo, tem caracterizado a nova extrema-direita global, como revelou recentemente o vaticanista Iacopo Scaramuzzi em um livro recém-publicado, intitulado *Dio? In fondo a destra – perché i populismi sfruttano il cristianesimo* (em tradução literal, Deus? No fundo à direita – Porque os populismos desfrutam do cristianismo), cuja capa estampa cinco dos principais expoentes desse fenômeno: Orban (Hungria), Salvini (Itália), Trump (ex-presidente dos Estados Unidos), Bolsonaro (Brasil) e Putin (Rússia)¹⁰⁴.

Na análise de conjuntura de outubro de 2020, já chamávamos a atenção para uma “batalha religiosa” em curso no Brasil. Nos últimos 20 anos, além da disputa religiosa que se dá pelo controle do Poder Executivo (nos três níveis de governo), a bancada evangélica no Congresso Nacional triplicou: a atual legislatura, conta com 195 dos 513 deputados, o equivalente a 38% do total de parlamentares. “A atual bancada evangélica é a mais governista dos últimos cinco mandatos presidenciais. 90% dos votos registrados pelos evangélicos foram a favor do governo (Bolsonaro)”¹⁰⁵. Não menos importante é a ascensão do pastor presbiteriano André Mendonça à mais alta corte da justiça brasileira, depois de ter passado por dois ministérios-chaves do governo Bolsonaro, foi o coroamento e a chegada de evangélicos aos três Poderes da República¹⁰⁶: a presença de evangélicos no poder judiciário¹⁰⁷.

As pautas morais se constituem no principal instrumento de alavancagem de candidaturas e de políticos eleitos ligados ao chamado neopentecostalismo. Vem se consolidando uma presença cada vez maior nas eleições de grupos vinculados a este universo, sejam tradicionais, novas denominações ou, ainda, de setores oriundos do catolicismo, a partir de projetos políticos¹⁰⁸.

Não sem motivos, no discurso na abertura da Assembleia Geral da ONU, em 22 de setembro de 2020, o presidente Jair Bolsonaro usou o polêmico termo “crisofobia”, que sinaliza uma estratégia eleitoral voltada ao público evangélico. Segundo Ronildo Pacheco, colunista no portal UOL, pastor evangélico e estudioso das religiões, o termo “crisofobia” vai ser usado como estratégia eleitoral decisiva nas próximas eleições¹⁰⁹.

O grande desafio, nesse contexto, é avaliar as dinâmicas da relação entre religião, política e voto, sem deixar de perceber que uma parte do eleitorado, especialmente os que se denominam de “católicos”, possui uma distinção dos neopentecostais e dos evangélicos que resta evidenciada nas pesquisas eleitorais em relação aos principais candidatos na disputa presidencial.

4.3. O quadro eleitoral

Como explicado em nossa última Análise de Conjuntura¹¹⁰, abril de 2022 inaugurou o início do período mais concentrado da chamada “pré-campanha” (que vai até 15 de agosto – depois é a campanha propriamente dita). Fechou-se a janela partidária¹¹¹, entre traições e defecções, e a multifacetada lista de partidos políticos teve mudança substancial. Ao todo, quase um quarto da Câmara dos Deputados, ou seja, 122 mudaram de sigla. Quem mais ganhou estava no mesmo campo político, o Centrão: O PL (Partido Liberal), do presidente e candidato Jair Bolsonaro, o Partido Progressista (PP), do Ministro Chefe da Casa Civil, Ciro Nogueira, e o Republicanos. Da mesma forma, foi no Centrão que mais se perdeu. O União Brasil (fruto da fusão do DEM e do PSL) teve 32 defecções, especialmente os oriundos da campanha do PSL com Bolsonaro em 2018. O Senado Federal foi menos afetado por conta das regras de fidelidade partidária não se aplicarem aos senadores e, ainda, face à renovação de apenas 1/3 das cadeiras daquela casa em 2022.

O grande interesse das mudanças partidárias, além da própria eleição proporcional, é que com as novas regras os partidos políticos dependem diretamente do tamanho das bancadas na Câmara dos Deputados para poderem definir o seu acesso aos Fundos (Partidário e Eleitoral). O mesmo se pode dizer dada a cláusula de barreira, conforme emenda à Constituição promulgada em 2017, que estabeleceu critérios de desempenho para que partidos tenham acesso aos fundos e à propaganda gratuita no rádio e na televisão. A intenção era estimular a fusão de siglas, reduzindo o número de partidos que atuam no Congresso.

Para as eleições de 2022, o desempenho mínimo das legendas deverá alcançar, na eleição para a Câmara dos Deputados, *(a)* no mínimo 2% dos votos válidos, distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação, com um mínimo de 1% dos votos válidos em cada uma delas; ou *(b)* eleger pelo menos 11 deputados federais distribuídos em pelo menos um terço das unidades da federação.

A burocracia partidária ganhou com tais medidas, além de se tentar reduzir a hiperfragmentação partidária, com a explosão de recursos públicos para as eleições.

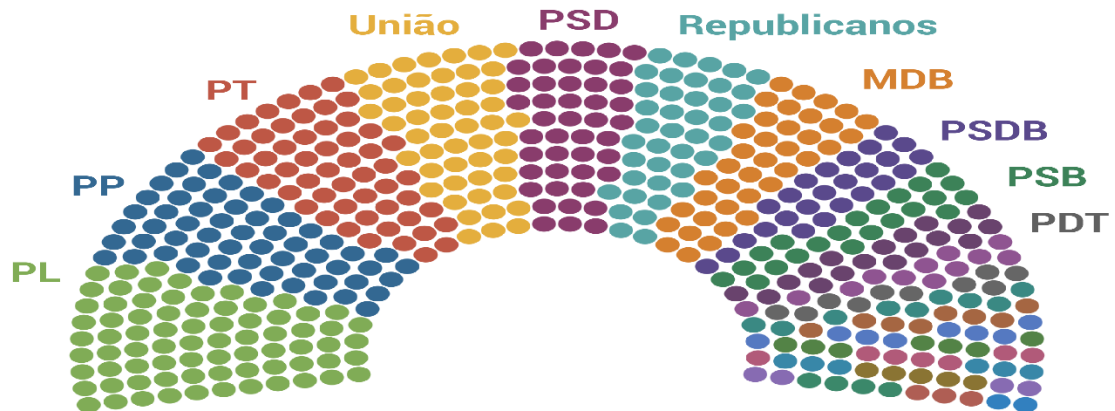
Veja-se a nova realidade na Câmara:

BANCADAS DA CÂMARA

deputados por sigla depois das migrações



atual



partido	eleitos em 2018	atual	variação
PL	33	75	42
PP	38	59	21
PT	54	55	1
União Brasil*	81	51	-30
PSD	35	45	10
Republicanos	30	40	10
MDB	34	38	4
PSDB	29	25	-4
PSB	32	22	-10
PDT	28	18	-10
PSC	8	12	4
Podemos	11	10	-1
Solidariedade	13	9	-4
Novo	8	8	0
Psol	10	8	-2
Avante	7	7	0
PC do B	9	7	-2
Cidadania	8	6	-2
Pros	8	5	-3
PV	4	4	0
Patriota	5	4	-1
PTB	10	3	-7
Rede	1	2	1
DC	1	0	-1
Agir36	2	0	-2
PMN	3	0	-3
PHS**	6	-	-
PRP***	4	-	-
PPL****	1	-	-

*DEM + PSL
 **partido foi incorporado pelo Podemos em 2019
 ***partido foi incorporado pelo Patriota em 2019
 ****partido foi incorporado pelo PC do B em 2019
 fonte: Câmara dos Deputados



Fonte: Poder 360

Será, ainda, uma eleição com muitos recursos públicos destinados à disputa. Após diversas manobras o Fundo Eleitoral foi aprovado pelo Congresso Nacional, sancionado

pelo Presidente da República e confirmado pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Ele terá a verba de R\$ 4,9 bilhões destinada a partir de junho para 32 legendas que concorrerão nas eleições deste ano, quase o triplo do que foi utilizado no pleito de 2018 e mais do que o dobro do montante de 2020. O Brasil irá figurar como o país no mundo que mais destina valores públicos às eleições, suplantando de longe o México¹¹². Veja-se quanto cada legenda deve arrecadar, segundo o cálculo da Justiça Eleitoral, a partir das bancadas de deputados federais eleitos em 2018¹¹³:

1. União Brasil - R\$ 770,07 milhões (15,73% do total)
2. PT - R\$ 484,61 milhões (9,89%)
3. MDB - R\$ 356,72 milhões (7,28%)
4. PP - R\$ 338,59 milhões (6,91%)
5. PSD - R\$ 334,18 milhões (6,82%)
6. PSDB - R\$ 314,09 milhões (6,41%)
7. PL - R\$ 283,22 milhões (5,78%)
8. PSB - R\$ 263,62 milhões (5,38%)
9. PDT - R\$ 248,43 milhões (5,07%)
10. Republicanos - R\$ 242,06 milhões (4,94%)
11. Podemos - R\$ 187,67 milhões (3,83%)
12. PTB - R\$ 112,21 milhões (2,29% do total)
13. Solidariedade - R\$ 110,754 milhões (2,26%)
14. Psol - R\$ 97,51 milhões (1,99%)
15. Pros - R\$ 89,18 milhões (1,82%)
16. Novo - R\$ 87,71 milhões (1,79%)
17. Cidadania - R\$ 86,24 milhões (1,76%)
18. Patriota - R\$ 84,28 milhões (1,72%)
19. PSC - R\$ 79,87 milhões (1,63%)
20. PCdoB - R\$ 74,48 milhões (1,52%)
21. Rede - R\$ 68,11 milhões (1,39%)
22. Avante - R\$ 67,62 milhões (1,38%)
23. PV - R\$ 49,00 milhões (1%)
24. PTC - R\$ 22,54 milhões (0,46%)
25. PMN - R\$ 13,72 milhões (0,28%)
26. DC - R\$ 9,31 milhões (0,19%)
27. PCB - R\$ 2,94 milhões (0,06% do total)
28. PCO - R\$ 2,94 milhões (0,06% do total)
29. PMB - R\$ 2,94 milhões (0,06% do total)
30. PRTB - R\$ 2,94 milhões (0,06% do total)
31. PSTU - R\$ 2,94 milhões (0,06% do total)
32. UP - R\$ 2,94 milhões (0,06% do total)

Evidente que o financiamento de campanhas poderá favorecer os atuais detentores de mandato, com redução das possibilidades de candidatos que serão estreantes nas eleições. Por outro lado, decisões recentes do STF têm assegurado recursos à presença de candidaturas de mulheres e da população negra, o que pode ajudar no aumento da competitividade destes grupos sociais nas eleições proporcionais.

Finalmente, continuarão como critérios e na vigência, mais uma vez, a Lei nº 9.840/1999 (que criminaliza a compra de votos e pune com a perda de mandato) e a Lei da Ficha Limpa de 2010. Ambas fortalecem a justiça eleitoral, no difícil papel de coibir

práticas lesivas ao interesse público, embora muita gente ainda não tenha percebido – ou tenha se esquecido – da importância delas.

Outro aspecto relevante, e ainda muito frequente nos debates daqui até outubro, serão as pesquisas eleitorais. Diante dos números nesse primeiro trimestre do ano, fica claro a definição de dois grandes competidores: o incumbente e Presidente da República, Jair Bolsonaro (PL), de um lado, e, do outro, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Com a liderança do último, são essas as candidaturas que se apresentam mais competitivas até o momento. Com a provável saída de alguns candidatos das terceiras vias, como Sérgio Moro (União Brasil), mais dedicado à política paulista, é provável que este campo se reduza a Ciro Gomes (PDF) e mais um, personagens políticos que até o momento não demonstraram que têm tração para uma disputa capaz de impedir o favoritismo dos dois principais adversários. O quadro, no entanto, ainda pode sofrer alterações, em especial até as convenções partidárias

O certo é que será uma campanha marcada pela violência política, com muitos ataques, especialmente pelas redes sociais, além da desinformação (ou *fake news*), que apesar dos esforços do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e de setores da sociedade civil comprometidos com a democracia, poderão influenciar o voto até outubro de 2022.

4.4. O Poder Judiciário

Recentemente, o Poder Judiciário, especialmente o STF, tornou-se um importante ator político no país. Apesar do “percurso que vai da expansão judicial à decadência de um modelo de justiça”¹¹⁴, nos últimos anos a instituição serviu como fator de contenção da escalada autoritária, ao lado de uma disputa muito próxima com os demais poderes da república (Legislativo e Executivo).

Alguns exemplos demonstram o raciocínio. O primeiro alvo da reclamação de Bolsonaro durante o seu mandato foi a suspensão da nomeação de Alexandre Ramagem para a Polícia Federal (PF), em abril de 2020. A medida foi tomada pelo ministro Alexandre de Moraes – que virou o maior desafeto do presidente da República na Corte.

O STF derrubou medidas provisórias do presidente sobre diversos assuntos. Em 2020, o plenário do STF suspendeu a Medida Provisória (MP) que previa o compartilhamento de dados de usuários de telecomunicações com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para embasar estatísticas oficiais na pandemia. No mesmo ano, os ministros suspenderam dois dispositivos de MP que não consideravam doença ocupacional os casos de contaminação de trabalhadores por COVID-19 e que limitavam a atuação de auditores fiscais do trabalho à atividade de orientação.

No contexto da pandemia ocorreram algumas das mais importantes disputas. Logo no início da pandemia de COVID-19, o Supremo reconheceu a autonomia de Estados e Municípios para adotar políticas e medidas em relação ao vírus. O STF proibiu a veiculação de uma campanha publicitária do governo contra o isolamento social denominada “O Brasil não pode parar”, considerada “desinformativa” e descompromissada com a população.

No ano de 2022, o grande tema de disputa é a “pauta verde” e os temas indígenas e socioambientais. Ao longo dos três últimos anos, como o STF acumulou ações diretas de inconstitucionalidade abertas por diversos partidos de oposição, que acusam o governo federal de agir de forma negligente diante da pauta ambiental, a pauta foi marcada para o final de março e ainda vai durar algumas sessões em abril. São 7 processos, com destaque para a ADPF 760 (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental), que exige a retomada do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia; a ADO 54 (Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão), que acusa o governo de

omissão no combate ao desmatamento), e ADPF 651, contra a exclusão da sociedade civil no conselho do Fundo Nacional do Meio Ambiente. Houve pedido de vistas do Ministro André Mendonça, recentemente levado ao STF, e pode ser que haja um atraso nas definições das questões ambientais.

Em junho de 2022, ainda no campo socioambiental, estão em julgamento a ADI 6553, que cuida o Projeto de Infraestrutura da Ferrogrão (EF-170), que cortará o Mato Grosso e o Pará para o transporte de *commodities*, sem respeitar a Constituição, as reservas ambientais e os direitos de Consulta dos povos indígenas e populações da Região, além do grande tema do Marco Temporal (Recurso Extraordinário 1.017.365), na terceira semana do mês, suspenso em 2021 e que retornará com uma definição fundamental acerca dos direitos à terra no marco constitucional, impactando tanto a demarcação de terras indígenas quanto a definição das políticas de combate ao ilícito (grilagem, garimpo ilegal, desmatamentos e deflorestação).

5 – Alguns sinais de esperança

Diante de tantos desafios, tanto estruturais como conjunturais, há alguns sinais de esperança em nosso país. Os movimentos sociais e populares ganharam nova força e as ruas, especialmente com o fim da Pandemia. No início de abril, por exemplo, mais de 6 mil lideranças dos povos indígenas de cerca de 154 etnias estiveram em Brasília para a edição do 18º Acampamento Terra Livre.

Da mesma forma, diversas experiências comunitárias, populares e organizadas, como as experiências espalhadas pelo país da “Economia de Francisco e Clara”, a partir da inspiração do Para Francisco, têm retomado um movimento em ação transformadora de realidades e de regiões, especialmente as periferias das cidades.

Por fim, graças às novas regras e à luta pela representatividade, uma maior participação das mulheres, indígenas e dos negros na política, ainda não espelhada nas eleições presidenciais, tem sido uma tendência muito forte em diversos setores e cidades.

22

6 – O que fazer?

É a partir de tais horizontes e com muita esperança que são listados alguns temas gerais, surgidos dos debates do grupo de análise de conjuntura, que são elencados como sugestões para fortalecer os compromissos da Conferência, suas diversas instâncias, bem como os movimentos e pastorais, os organismos do Povo de Deus e os homens e as mulheres de boa vontade, a fim de se transformarem em realidades. Destacamos:

- 1) **A defesa intransigente dos direitos civis e das instituições democráticas do país.** A ditadura e a violência dela decorrente, contrariam os valores ético-cristãos, corroem a sociedade e colocam em risco a pessoa humana;
- 2) **A definição de um “Plano para saída da crise”, com foco no curto prazo e ancorado em investimentos na infraestrutura social** (educação, saúde, mobilidade urbana, habitação) **e na difusão de meios de acesso ao ambiente digital**

- 3) **A ampliação das políticas sociais e de proteção e amparo aos mais vulneráveis.** A crise política e econômica, agravada pela pandemia, está colocando em risco a sobrevivência de milhões de brasileiros, o que torna urgente a ação dos governos e a ampliação das políticas de proteção social;
- 4) **A construção de uma nova proposta de desenvolvimento para o país – desta vez socialmente inclusivo e ambientalmente sustentável** – resultante de amplo debate com a sociedade;
- 5) **O fortalecimento das cadeias produtivas com foco nos pequenos e médios negócios,** com crédito subsidiado e renegociação de dívidas para trabalhadores, pequenos produtores, profissionais liberais e comerciantes;
- 6) **A universalização dos serviços públicos essenciais,** a partir da compreensão de que saúde, educação, saneamento e transporte público são direitos dos cidadãos e, como tais, não podem ser regidos pela lógica da mercadoria e dos mercados;
- 7) **A implantação de forte tributação sobre as grandes fortunas e sobre o rentismo,** de maneira a possibilitar a recuperação da autonomia do Estado, hoje capturado pelo mercado financeiro;
- 8) **A redução das taxas de juros e da transferência de recursos públicos ao mercado financeiro.** Ao priorizar o pagamento dos juros aos bancos e aplicadores do mercado financeiro, faltam recursos para as políticas públicas e para o fomento às atividades produtivas geradoras de empregos e renda;
- 9) **O desenvolvimento de uma política agrária e agrícola que priorize a produção de alimentos, a agricultura familiar e práticas ambientalmente sustentáveis.** A priorização dada ao setor exportador produz a fome e a carestia. Enquanto o agronegócio bate recordes de rentabilidade faltam alimentos na mesa do povo e milhões de brasileiros sobrevivem sem saber se conseguirão ter a próxima refeição.
- 10) **A proteção, recuperação e promoção do uso sustentável dos ecossistemas da nossa Casa Comum.** É imprescindível deter e reverter a degradação da terra e das florestas e a perda da biodiversidade. A gestão sustentável dos ecossistemas é fundamental à vida e ao futuro da humanidade.
- 11) **Promover a paz e a justiça.** É preciso reduzir significativamente todas as formas de violência, promover o Estado de direito e garantir a igualdade de acesso à justiça a todos os cidadãos;

“Como fazer” depende de todos nós! Entretanto, será fruto do diálogo e da solidariedade entre todos e com o Outro, especialmente os mais vulneráveis e que clamam em todos os cantos para que sejam libertados.

NOTAS

¹ Participaram da elaboração deste texto: Dom Francisco Lima Soares – Bispo de Carolina – MA, Pe. Paulo Renato Campos – Assessor de Política da CNBB, Pe. Thierry Linard de Guertechin SJ (*in memoriam*), Antonio Carlos A. Lobão – PUC/Campinas, Francisco Botelho – CBJP, Gustavo Inácio de Moraes – PUC/Rio Grande do Sul, José Reinaldo Felipe Martins Filho – PUC/Goiás, Manoel S. Moraes de Almeida – Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP, Marcel Guedes Leite – PUC/São Paulo, Maria Lucia Fattorelli – Auditoria Cidadã da Dívida, Melillo Dinis do Nascimento – Inteligência Política (IP), Ricardo Ismael – PUC/Rio, Robson Sávio Reis Souza – PUC/Minas e Tânia Bacelar – UFPE. É um serviço para a CNBB. Não representa, contudo, a opinião da Conferência.

² BISPOS e Superiores Religiosos do Nordeste. *Eu ouvi os clamores do meu povo*. Salvador: Ed. Beneditina Ltda., 1973; BISPOS e Missionários. *Y-Juca Pirama – o índio: aquele que deve morrer*, do mesmo período e construído pelos bispos do Centro Oeste, em dezembro de 1973. Disponível em:

https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/j1d00163_0.pdf. Acesso em 17 abr. 2022

³ Os bispos do Nordeste eram: de Pernambuco – Dom Helder Câmara e Dom José Lamartine Soares, da Arquidiocese de Olinda e Recife; Dom Severino Mariano de Aguiar, da Diocese de Pesqueira; Dom Francisco Austregésilo de Mesquita, da Diocese de Afogados da Ingazeira; do Maranhão – Dom João José da Motta e Albuquerque e Dom Manoel Edmilson da Cruz, arcebispo e bispo auxiliar da Arquidiocese de São Luís; Dom Rino Carlesi, da Diocese de Balsas; Dom Pascácio Rettler, da Diocese de Bacabal; e Dom Francisco Hélio Campos, de Viana; da Paraíba – Dom José Maria Pires, da Arquidiocese de João Pessoa, e Dom Manoel Pereira da Costa, da Diocese de Campina Grande; do Ceará – Dom Antônio Batista Fragoço, bispo de Crateús; de Sergipe – Dom José Brandão de Castro, da Diocese de Propriá. E os seguintes superiores religiosos: Frei Walfrido Mohn, provincial dos Franciscanos de Recife, Pernambuco; Pe. Hidenburgo Santana, provincial dos Jesuítas do Nordeste, Recife, Pernambuco; Pe. Gabriel Hofstedes, provincial dos Redentoristas, Recife, Pernambuco; Dom Timóteo Amoroso Anastácio, Abade do Mosteiro de São Bento, Salvador, Bahia; Pe. Tarcísio Botturi, vice provincial dos Jesuítas da Bahia, Salvador, Bahia. No Y-Juca, os Bispos e os Missionários eram: do Mato Grosso, Dom Máximo Bienès, da Diocese de Cáceres; Dom Pedro Casaldáliga, da Prelazia de São Félix; de Goiás, Dom Tomás Balduino, da Diocese de Goiás; do Pará, Dom Estevão Cardoso de Avellar, da Diocese de Marabá; e do Paraná, Dom Agostinho José Sartori, da Diocese de Palmas. E os seguintes missionários: Frei Gil Gomes Leitão, da Diocese de Marabá-PA; Pe. Antonio Iasi, da Diocese de Diamantino-MT; Frei Domingos Maia Leite, da Diocese de Conceição do Araguaia-PA, Pe. Antonio Canuto, da Prelazia de São Félix-MT, Pe Leonildo Brustolin, da Diocese de Palmas-PR e Pe. Tomás Lisboa, da Diocese de Diamantino-MT.

⁴ Em 3 de abril a Organização Mundial da Saúde (OMS) relatava cerca de cerca de 489 milhões de casos de COVID-19 e de 6 milhões de mortes em todo o globo. Disponível em <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/situation-reports>. Acesso em 06 abr. 2022.

⁵ Utilizamos a expressão no sentido de Byung-Chul Han, que a remete a clássica afirmação de Sigmund Freud (v.g., FREUD, Sigmund. Além do princípio do prazer. In: *Obras psicológicas completas*. Edição Standard Brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1996), mas que a coloca em outra perspectiva: um impulso de morte que é colocado a serviço do crescimento. Ele diz: “A agressão especificamente humana, a *violência*, está intimamente relacionada com a consciência da morte que a própria somente ao ser humano. Uma lógica de acumulação domina a economia da violência (...) O capitalismo gera um impulso de morte paradoxal, pois leva a vida à morte para a vida viva. A sua aspiração à vida imortal é mortal.” Cf. HAN, Byung-Chul. *Capitalismo e impulso de morte*: ensaios e entrevistas. Petrópolis: Vozes, 2021, p. 7-30.

⁶ BAUMANN, Zygmunt. *Comunidades*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. Disponível em: https://books.google.com.br/books/about/Comunidade.html?id=ypADihZVRTEC&source=kp_book_description&redir_esc=y

⁷ Tais características são uma apertada e imprecisa síntese do *Documento de Aparecida*: texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe. Brasília, São Paulo: CNBB, Paulinas, Paulus, 2007, números 33 a 100.

⁸ Cf. BERGOGLIO, Jorge M. *Corrupção e Pecado*. São Paulo: Ave-Maria, 2013, p. 18.

⁹ ἀρχή.

¹⁰ Concílio Vaticano II, “Gaudium et Spes”, II, 4. Cf. CUDA, Emilce. “La comunidade política como fundamento de lo político em la *Gaudium et Spes*”. *Anatéllei* 28, ano 14, 2012, p. 109-119.

¹¹ Disponível em <https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2022-03/papa-francisco-palavras-guerra-ucrania.html>. Acesso em 10 abr. 2022

¹² Disponível em <https://www.efe.com/efe/brasil/sociedade/papa-diz-que-semear-odio-e-o-caminho-para-terceira-guerra-mundial/50000246-3790219>. Acesso em 10 abr. 2022.

¹³ Disponível em <https://acleddata.com/curated-data-files/>. Acesso em 10 abr. 2022.

¹⁴ Amorim, C. (2022). Política Internacional e o Brasil no Mundo: da unipolaridade consentida à multipolaridade possível. CEBRI-Revista: Brazilian Journal of International Affairs, (1), 19–32. Recuperado de <https://cebri-revista.emnuvens.com.br/revista/article/view/4>

¹⁵ Disponível em https://www.cnbb.org.br/wp-content/uploads/2022/03/AS-ELEICOES-NACIONAIS-2022-Contexto-Dinamica-e-Desafios_marco-de-2022-1.pdf. Acesso em 10 abr. 2022.

¹⁶ A reflexão de Arendt, ainda no século XX, adverte para esta mudança no paradigma da humanidade com relação às guerras. Com o advento do risco nuclear, um fator determinante da política passou a ser o receio de que uso constante dessa tecnologia levasse a espécie humana ao seu termo. Ver ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005; _____. A imagem do inferno. In: ARENDT, Hannah. *Compreensão e política e outros ensaios*. Lisboa: Relógio D'Água, 2001, p. 39-53.

¹⁷ Cf. <https://covid19.who.int/>. Acesso em 12 abr. 2022.

¹⁸ Cf. *Mortes e casos conhecidos de coronavírus no Brasil e nos estados*. Disponível em <https://especiais.g1.globo.com/bemestar/coronavirus/estados-brasil-mortes-casos-media-movel/>. Acesso em 12 abr. 2022.

¹⁹ Cf. Síndemia global: Covid atinge os mais pobres e frágeis. Disponível em <https://www.ecodebate.com.br/2021/04/29/sindemia-global-covid-atinge-os-mais-pobres-e-frageis/>. Acesso em 8.set. 2021.

²⁰ Ver CNBB. *Uma conjuntura de crises e tensões*. Setembro de 2021. Disponível em <https://www.cnbb.org.br/wp-content/uploads/2020/09/UMA-CONJUNTURA-DE-CRISES-E-TENSOES-setembro-2021.pdf>. Acesso em 12 abr. 2022.

²¹ SOUSA SANTOS, Boaventura de. *A cruel pedagogia do vírus*. Lisboa: Almedina, 2020, p. 29.

²² Cf. ZIBLATT, Daniel. LEVITSKY, Steven. *Como as democracias morrem*, Rio de Janeiro: Zahar, 2018, p. 8.

²³ Cf. CORPORACIÓN LATINOBARÓMETRO, *Informe 2018*, Santiago de Chile, 2018.

²⁴ Após a estagnação econômica e social que caracterizou as últimas duas décadas do século XX, o quinquênio 2004-2008 foi definido como “virtuoso” (*Latinobarómetro*, 2008). Nestes 5 anos, o Brasil assistiu, em um ambiente democrático e de respeito ao Estado de Direito, ao crescimento médio da renda per capita de 3,5% ao ano (superior aos 2,6% da média do século XX), com redução da pobreza e da desigualdade. A conjugação sincrônica de democracia, crescimento econômico e redução da pobreza e das desigualdades é uma coisa rara na história brasileira. No governo JK, por exemplo, houve democracia e crescimento da renda per capita de cerca de 5% ao ano, mas não redução das desigualdades.

²⁵ Em 2007 explodiu a crise das hipotecas *subprime* ou hipotecas podres, assim chamadas porque haviam sido concedidas, com juros altos, a pessoas físicas com elevado risco de créditos. O colapso dos mercados foi tão drástico que obrigou o FED (o Banco Central dos EUA) — e o Banco central Europeu (BCE) — a injetar centenas de bilhões de dólares e a baixar as taxas de juros. Os bancos centrais entraram em águas nunca antes navegadas de política monetária e fiscal. Foram medidas de choque que não chegaram à raiz do problema: os bancos estavam infectados por produtos, criados por matemáticos financeiros, que se baseavam em créditos oferecidos a pessoas que apresentavam renda incompatível com as prestações, passado recente de inadimplência, falta de documentação adequada, ou mesmo a devedores sem patrimônio, trabalho ou renda. Eram hipotecas podres porque eram concedidas a pessoas que tinham trabalhos 'podres': más condições sanitárias, falta de seguro médico e violações à legislação, como pagamento abaixo do mínimo legal. Enquanto o mercado habitacional crescia irracionalmente, parecia um negócio rentável. Só que em 2007 explodiu a crise de liquidez e de confiança na solvência das entidades, provocando a maior depressão desde a Segunda Guerra Mundial. O *Dow Jones* fechou aquele 8 de agosto de 2007 com a maior queda em quatro anos por medo da crise hipotecária, diante da qual as autoridades não agiram com firmeza, e que acabou se tornando o pior pesadelo. O *Dow Jones* caiu a 13.270 pontos. Um bom exemplo da volatilidade dos mercados para uns, mas para outros, o caso típico de que se atingiu um nível irracional antes de outro colapso. Desapareceram do mercado o banco de investimentos *Bear Stearns*, dos fundos do *BNP Paribas*, de bancos hipotecários dos EUA e pelos problemas da maior seguradora do mundo, a *AIG*. Foi a pior calamidade financeira desde 1930. Durante seus 19 meses de duração mais de 8,7 milhões de empregos foram perdidos, mais de metade dos adultos passaram pela perda do emprego ou por corte no salário ou tiveram que trabalhar em tempo parcial. O consumo e o PIB encolheram devido à escassez de crédito e ao aumento do custo dos empréstimos. O Brasil não ficou imune aos reflexos da crise. A solidez dos bancos nacionais — historicamente mais concentrados que em outros mercados — foi, num primeiro momento, um diferencial para barrar o terremoto que balançava o sistema financeiro internacional. Mas o país iniciou um período de desaceleração na economia, puxado pela redução na demanda externa por *commodities* — muito dependentes de financiamento. A Bovespa encerrou 2008 com baixa de 41,22%, em 37.550 pontos — a segunda maior queda histórica, atrás apenas da ocorrida em 1972. Esse resultado interrompeu um ciclo de cinco anos de alta expressiva na bolsa. O movimento sísmico foi de tal envergadura

que deixou exposto vários países a eventos como a quebra do euro, a crise da dívida soberana da Grécia e outras consequências políticas, como parte e na esteira do *Brexit* e do surgimento do populismo em diversos países.

²⁶ Cf. GUERRA LÓPEZ, Rodrigo. “Repensar la democracia: una mirada sobre la realidad de la democracia en América Latina con especial referencia a los países del cono sur”. Material de trabalho do “ENCUENTRO DE CATÓLICOS CON RESPONSABILIDADES POLÍTICAS AL SERVICIO DE LOS PUEBLOS LATINOAMERICANOS DEL CONO SUR”, promovido pela COMISIÓN PONTIFICIA PARA AMÉRICA LATINA e pelo CONSEJO EPISCOPAL LATINOAMERICANO, em Assunção (Paraguai), de 10 a 12 de abril de 2019.

²⁷ Cf. CORPORACIÓN LATINOBARÓMETRO, *Informe 2021*, Santiago de Chile, 2021. Disponível em <https://www.latinobarometro.org/lat.jsp>. Acesso em 06 abr. 2022.

²⁸ Idem.

²⁹ ZIBLATT, LEVITSKY. 2018, ob. cit., p. 11.

³⁰ Ver, p. ex., PIKETTY, Thomas. *Une brève histoire de l'égalité*. Paris: Éditions du Seuil, 2021.

³¹ Conforme Bresser-Pereira, esta etapa do capitalismo se consolidou a partir de 4 movimentos históricos: (1) a transformação do capitalismo de produtivo em financeiro-rentista e tecnoburocrático; (2) uma superacumulação de capitais; (3) a financeirização (o grande aumento da riqueza nacional capturada pelo sistema financeiro desde os anos 1980); e (4) a globalização. BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Depois do capitalismo financeiro-rentista, mudança estrutural à vista? Novos estudos CEBRAP* 36 (1), Mar 2017. Disponível em <https://doi.org/10.25091/S0101-3300201700010007>. Acesso em 07 abr. 2022.

³² Cf. PIKETTY, Thomas. *¡Ciudadanos, a las urnas! Crónicas del mundo actual*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2017, p. 9 e ss.

³³ Disponível em <https://www.cnnbrasil.com.br/business/em-13o-entre-maiores-economias-pib-do-brasil-fica-abaixo-de-media-global/>. Acesso em 04 abr. 2022.

³⁴ Disponível em <https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2022/01/4976526-producao-da-industria-encolhe-20-em-10-anos-e-enfraquece-a-economia.html>. Acesso em 04 abr. 2022.

³⁵ Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-59072985>. Acesso em 04 abr. 2022.

³⁶ Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/09/caminhao-de-ossos-no-rio-e-disputado-por-populacao-com-fome.shtml>. Acesso em 04 abr. 2022.

³⁷ Disponível em <https://investidor.estadao.com.br/mercado/bancos-brasileiros-lucro-recorde-2021>. Acesso em 04 abr. 2022.

³⁸ Disponível em <https://www.cnbb.org.br/wp-content/uploads/2020/09/7.-REFORMA-TRIBUTARIA-janeiro-2021.pdf>. Acesso em 04 abr. 2022.

³⁹ O Banco Central está suicidando o Brasil, disponível em <https://www.gazetadopovo.com.br/opiniao/artigos/o-banco-central-esta-suicidando-o-brasil-dh5s162swds5080e0d20jsmpc/> e <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/o-banco-central-esta-suicidando-o-brasil/>.

⁴⁰ Mitidiero Jr., Marco Antônio e Goldfarb, Yamila – “O Agro não é tech, o agro não é pop e muito menos tudo”, disponível em <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/18319-20211027.pdf>. Acesso em 04 abr. 2022.

⁴¹ Ver <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/video-17-ehoradevirarajogo/> e Jessé Souza e Rafael Valim (coords.) RESGATAR O BRASIL. Editoras Contracorrente e Boitempo (2018) Fattorelli, Maria Lucia págs. 61 a 81.

⁴² Em 31/12/2021, haviam em caixa R\$ 4,7 trilhões, sendo R\$ 1,736 trilhão na Conta Única do Tesouro (Fonte:

https://www.bcb.gov.br/content/estatisticas/hist_estatisticasfiscais/202201_Tabelas_de_estatisticas_fiscais_s.xlsx, Tabela 4, Linha 44) Acesso em 04 abr. 2022; R\$ 988 bilhões em Operações Compromissadas e Depósitos Voluntários Remunerados (sobra de caixa dos bancos mantida e remunerada pelo Banco Central, que deveria estar circulando na economia na forma de empréstimos a juros baixos a pessoas e empresas; Fonte: mesma Tabela 4 acima, linhas 50 e 52); e R\$ 2,02 trilhões em reservas internacionais (US\$ 362,2 bilhões multiplicados pelo câmbio de R\$ 5,5799; Fonte: Série Temporal nº 13621 do Banco Central).

⁴³ Resultado referente à União, estados e municípios. É importante considerar todos os entes federados, pois grande parte do superávit de estados e municípios é destinado ao governo federal, na forma de pagamento das dívidas destes entes com a União.

⁴⁴ Para maiores detalhes, ver <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/gasto-com-divida-publica-sem-contrapartida-quase-dobrou-de-2019-a-2021/>. Acesso em 04 abr. 2022.

⁴⁵ Disponível em <https://www.extraclasse.org.br/opiniao/2022/04/precisamos-de-uma-cpi-do-banco-central/>. Acesso em 04 abr. 2022.

⁴⁶ Disponível em <https://www.cnnbrasil.com.br/business/agronegocio-bate-recorde-de-exportacoes-em-2021-e-movimenta-mais-de-us-102-bilhoes/>. Acesso em 04 abr. 2022.

⁴⁷ Fonte: Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, desenvolvido pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede PENSSAN), como parte do projeto VigiSAN. O Inquérito foi realizado em 2.180 domicílios nas cinco regiões do país, em áreas urbanas e rurais, entre 5 e 24 de dezembro de 2020. Resultados disponíveis em <http://olheparaafome.com.br/#manifestu>. Acesso em 04 abr. 2022.

⁴⁸ Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. Disponível em: <https://pesquisassan.net.br/entidades-propoe-medidas-para-garantir-o-direito-a-alimentacao-e-combater-a-fome-em-tempos-de-coronavirus/>

⁴⁹ Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/03/datafolha-quantidade-de-comida-em-casa-e-insuficiente-para-24-dos-brasileiros.shtml>. Acesso em 04 abr. 2022.

⁵⁰ Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/01/volta-do-brasil-ao-mapa-da-fome-e-retrocesso-inedito-no-mundo-diz-economista.shtml>. Acesso em 04 abr. 2022.

⁵¹ Fonte: PNAD Contínua - Trimestre de outubro a dezembro de 2021. Disponível em https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Quadro_Sintetico/2021/pnadc_202104_trimestre_quadroSintetico.pdf – p. 2. Acesso em 04 abr. 2022.

⁵² GRANDES NÚMEROS DIRPF 2021 - ANO-CALENDÁRIO 2020 – Tabela 9 – Disponível em https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/receitadata/estudos-e-tributarios-e-aduaneiros/estudos-e-estatisticas/11-08-2014-grandes-numeros-dirpf/tabelas-irpf-ac2020_v3.xlsx Acesso em 04 abr. 2022.

⁵³ Fonte: a mesma acima, considerando-se a soma de todos os rendimentos (tributáveis, de tributação exclusiva e isentos).

⁵⁴ Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua de 2020, Tabelas <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7428> e <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7521>. Acesso em 04 abr. 2022.

⁵⁶ Disponível em <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/conflitos-no-campo/5997-cpt-lancara-o-relatorio-conflitos-no-campo-brasil-2021-na-proxima-segunda-feira>. Acesso em 12 abr. 2022.

⁵⁷ Disponível em <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2022/03/28/mercado-eleva-projecao-para-inflacao-de-2022-para-686percent-aponta-focus.ghtml>. Acesso em 04 abr. 2022.

⁵⁸ Disponível em <https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2022/03/4989322-crise-na-ucania-agrava-problemas-da-economia-brasileira-e-pode-causar-recessao.html>. Acesso em 04 abr. 2022.

⁵⁹ Disponível em <https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2022/03/4990637-china-estabelece-meta-de-55-para-pib-em-2022-a-mais-baixa-em-mais-de-25-anos.html>. Acesso em 04 abr. 2022.

⁶⁰ Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/33367-pnad-continua-taxa-de-desocupacao-e-de-11-2-e-taxa-de-subutilizacao-e-de-23-5-no-trimestre-encerrado-em-fevereiro>. Acesso em 04 abr. 2022.

⁶¹ Dados obtidos em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?edicao=20652&t=series-historicas>. Acesso em 04 abr. 2022.

⁶² Disponível em <https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2022/02/4987726-ingresso-de-investimento-estrangeiro-fica-acima-das-expectativas-em-janeiro.html>. Acesso em 04 abr. 2022.

⁶³ Disponível em <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2021/03/recordista-em-desigualdade-pais-estuda-alternativas-para-ajudar-os-mais-pobres>. Acesso em 04 abr. 2022.

⁶⁴ Disponível em <https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/11/19/parcela-de-1percent-com-maior-renda-no-brasil-recebe-quase-35-vezes-mais-que-a-metade-dos-mais-pobres-diz-ibge.ghtml>. Acesso em 04 abr. 2022.

⁶⁵ Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-59557761>. Acesso em 04 abr. 2022.

⁶⁶ Disponível em <https://sbsrj.org.br/moradores-de-rua-brasil/#:~:text=As%20estimativas%20do%20n%C3%BAmero%20total,publicada%20em%20Mar%C3%A7o%20de%202020>. Acesso em 04 abr. 2022.

⁶⁷ Disponível em <https://www.dw.com/pt-br/brasil-tem-boom-de-popula%C3%A7%C3%A3o-de-rua-que-segue-invis%C3%ADvel-para-o-poder-p%C3%ABlico/a-61135058>. Acesso em 04 abr. 2022.

⁶⁸ Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/educacao/brasil-pode-regredir-mais-de-duas-decadas-no-combate-a-evasao-escolar/>. Acesso em 04 abr. 2022.

⁶⁹ Disponível em <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/educacao-brasileira-esta-em-ultimo-lugar-em-ranking-de-competitividade/>. Acesso em 04 abr. 2022.

⁷⁰ Disponível em <https://www.politize.com.br/ditadura-militar-no-brasil/> (Texto base para a descrição acima). Acesso em 04 abr. 2022.

⁷¹ Disponível em <https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/nota/miriam-leitao-falasobre-tortura-vivida-na-ditadura-militar/>. Acesso em 04 abr. 2022.

- ⁷² Disponível em <https://espanol.almayadeen.net/news/politics/1577522/denuncian-a-hijo-del-pdte-brasile%C3%B1o-por-ironizar-sobre-tortu>. Acesso em 04 abr. 2022.
- ⁷³ Disponível em <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/congresso-nacional/psol-e-redepodem-cassacao-de-eduardo-bolsonaro/>. Acesso em 04 abr. 2022.
- ⁷⁴ CNBB. *Os desafios da conjuntura brasileira*, p. 13. Disponível em <https://www.cnbb.org.br/wp-content/uploads/2020/09/3-OS-DESAFIOS-DA-CONJUNTURA-BRASILEIRA.pdf>. Acesso em 04 abr. 2022.
- ⁷⁵ Disponível em <https://www.cnbb.org.br/wp-content/uploads/2020/09/O-POVO-DE-DEUS-SOFRE-COM-A-DOENCA-E-A-FOME-abril-de-2021.pdf>. Acesso em 04 abr. 2022.
- ⁷⁶ Disponível em <https://www.cnbb.org.br/wp-content/uploads/2020/09/O-DESMONTE-DO-ESTADO-BRASILEIRO-E-O-RETROCESSO-CIVILIZATORIO-maio-de-2021.pdf>. Acesso em 04 abr. 2022.
- ⁷⁷ Disponível em <https://www.cnbb.org.br/wp-content/uploads/2020/09/O-DESMONTE-DO-ESTADO-BRASILEIRO-16.06.21.pdf>. Acesso em 04 abr. 2022.
- ⁷⁸ Disponível em <https://www.cnbb.org.br/wp-content/uploads/2020/09/UMA-CONJUNTURA-DE-CRISES-E-TENSOES-setembro-2021.pdf>. Acesso em 04 abr. 2022.
- ⁷⁹ Idem.
- ⁸⁰ Disponível em <https://www.cnbb.org.br/wp-content/uploads/2021/10/A-COMPLEXIDADE-DO-QUADRO-POLITICO-E-SEUS-DESDOBRAMENTOS-outubro-2021.pdf>. Acesso em 04 abr. 2022.
- ⁸¹ INESC. *A conta do desmonte: Balanço do Orçamento Geral da União 2021*. Brasília: INESC, 2022. Disponível em <https://www.inesc.org.br/acontadodesmonte/>. Acesso em 12 abr. 2022.
- ⁸² Idem.
- ⁸³ Ver <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/gasto-com-divida-publica-sem-contrapartida-quase-dobrou-de-2019-a-2021/>. Acesso em 04 abr. 2022.
- ⁸⁴ INESC, 2022, Idem.
- ⁸⁵ Idem.
- ⁸⁶ Idem.
- ⁸⁷ Idem.
- ⁸⁸ Idem.
- ⁸⁹ Idem.
- ⁹⁰ Idem.
- ⁹¹ Idem.
- ⁹² Idem.
- ⁹³ Idem.
- ⁹⁴ Pré-candidato à presidência criam estruturas de campanha para atrair votos evangélicos. Veja em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/noticia/2022/03/13/pre-candidatos-a-presidencia-criam-estruturas-de-campanha-para-atrair-voto-evangelico-conheca.ghtml>. Acesso em 04 abr. 2022.
- ⁹⁵ O peso político dos evangélicos. Leia em: <https://veja.abril.com.br/coluna/murillo-de-aragao/o-peso-politico-dos-evangelicos/>. Acesso em 04 abr. 2022.
- ⁹⁶ Parlamentares ampliam articulações na batalha pelos votos evangélicos. Leia em: <https://veja.abril.com.br/politica/presidencia-veis-ampliam-articulacoes-na-batalha-pelos-votos-evangelicos/>. Acesso em 04 abr. 2022.
- ⁹⁷ O voto católico poderá garantir a vitória de Lula em 2022. Leia em: <https://www.ecodebate.com.br/2021/05/17/o-voto-catolico-podera-garantir-a-vitoria-de-lula-em-2022/>. Acesso em 04 abr. 2022.
- ⁹⁸ Poder Data: Lula mantém vantagem entre os católicos e Bolsonaro lidera o voto evangélico. Leia em: <https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/poderdata-lula-mantem-vantagem-entre-os-catolicos-e-bolsonaro-lidera-o-voto-evangelico/>. Acesso em 04 abr. 2022.
- ⁹⁹ Eleições 2022: as direitas evangélicas em disputa. Leia em: <https://religioepoder.org.br/artigo/eleicoes-2022-as-direitas-evangelicas-em-disputa/>
- ¹⁰⁰ Expressão típica do Papa Francisco. Ver FRANCISCO, Papa e WOLTON, Dominique. *Um Futuro de Fé: uma conversa franca com o sociólogo Dominique Wolton*. Lisboa: Editorial Planeta, 2019.
- ¹⁰¹ Eleições 2022: as direitas evangélicas em disputa. Leia em: <https://religioepoder.org.br/artigo/eleicoes-2022-as-direitas-evangelicas-em-disputa/>. Acesso em 04 abr. 2022.
- ¹⁰² O plano de poder da Igreja Universal do Reino de Deus: estratégias territoriais da expansão neopentecostal no Brasil. Leia em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/31761/1/Dissertacao_Luiza%20Chuva_Vers%C3%A3o%20Final.pdf. Acesso em 04 abr. 2022.
- ¹⁰³ A máquina de corrupção de pastores amigos de Bolsonaro. Leia em: <https://istoe.com.br/a-maquina-de-corrupcao-dos-pastores-amigos-de-bolsonaro/>. Veja também: A farra dos pastores no MEC: <https://www.dw.com/pt-br/a-farra-de-pastores-no-mec/a-61235307>. Acesso em 04 abr. 2022.

¹⁰⁴ Extrema-direita: pautas moralistas unem religião e militarismo. Veja em: <https://www.ihu.unisinos.br/78-%20noticias/602840-extrema-direita-pautas-moralistas-unem-religiao-e-militarismo/>. Acesso em 04 abr. 2022.

¹⁰⁵ Bancada evangélica triplicou. Veja em: https://www.jornaldocomercio.com/ conteudo/colunas/reporter_brasilia/2019/09/703324-bancada-evangelica-triplicou.html. Acesso em 04 abr. 2022.

¹⁰⁶ As miragens de uma teocracia: o ministro terrivelmente evangélico e seus reflexos para a democracia. Leia em: <https://religioepoder.org.br/artigo/ministro-terrivelmente-evangelico-e-seus-reflexos-para-a-democracia/>. Acesso em 04 abr. 2022.

¹⁰⁷ Grupo de juristas evangélicos fundado por Damares amplia lobby no governo. Leia em: <https://exame.com/brasil/grupo-de-juristas-evangelicos-fundado-por-damares-amplia-lobby-no-governo/>. Acesso em 04 abr. 2022.

¹⁰⁸ Neopentecostais e o projeto de poder. Veja em: <https://diplomatique.org.br/neopentecostais-e-o-projeto-de-poder/>; Para entender o projeto de poder de políticos e igrejas neopentecostais. Veja em: <https://jornalggn.com.br/artigos/para-entender-o-projeto-de-poder-de-politicos-e-igrejas-neopentecostais/>. Acesso em 04 abr. 2022. ; País terrivelmente evangélico é projeto de poder ou preconceito da elite. Veja em: <https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2020/03/07/pais-terrivelmente-evangelico-e-projeto-de-poder-ou-preconceito-da-elite.htm>. Acesso em 04 abr. 2022.

¹⁰⁹ Debate sobre cristofobia é estratégico para candidatura ultraconservadoras, avalia pesquisador. Veja em: <https://apublica.org/2020/09/debate-sobre-cristofobia-e-estrategico-para-candidaturas-ultraconservadoras-avalia-pesquisador/>. Acesso em 04 abr. 2022.

¹¹⁰ Disponível em https://www.cnbb.org.br/wp-content/uploads/2022/03/AS-ELEICOES-NACIONAIS-2022-Contexto-Dinamica-e-Desafios_marco-de-2022-1.pdf. Acesso em 12 abr. 2022.

¹¹¹ A janela partidária é prevista na Lei nº 9.096/1995 (art. 22-A) e abre-se a cada ciclo eleitoral por 30 dias. Este ano foi entre 3 de março e 1º de abril de 2022.

¹¹² Cf. FOLHA DE SÃO PAULO. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/07/com-fundo-eleitoral-de-r-57-bi-brasil-sobe-ao-topo-mundial-do-gasto-publico-com-campanhas.shtml>. Acesso em 12 abr. 2022.

¹¹³ Disponível em <https://www.uol.com.br/eleicoes/2022/03/03/uniao-brasil-deve-receber-r-770-mi-com-fundo-eleitoral-veja-cada-partido.htm>. Acesso em 12 abr. 2022.

¹¹⁴ Cf. SOUSA SANTOS, Boaventura de. Da Expansão Judicial à Decadência de um Modelo de Justiça. In: SOUSA JUNIOR, José Geraldo de et al (Org). *Introdução Crítica ao Direito como Liberdade*. Série O Direito Achado na Rua, volume 10. Brasília: Editora da UnB/Editora OAB Nacional, 2021.